

remos nós, internacionalmente falando? Ficaremos reduzidos à triste condição de um país de turismo, com todas as nossas glórias passadas bem guardadas no fundo de uma arca, para as mostrarmos aos estrangeiros, a trôco do ouro que nos deixarem. E é neste sentido que nós preguntamos qual seria a nossa razão de ser como povo independente, no dia em que perdêssemos as colónias.

De resto, pensamos com o Dr. Fernando Garcia que «no estado actual da balcanização da Europa, Portugal, mesmo sem colónias, pode conservar a sua independência». Pode, efectivamente. ¿Mas, desaparecida essa balcanização? No dia em que a Europa volte ao que o Dr. Fernando Garcia chama a sua tendência natural para a formação de grandes unidades, é natural, e é muito possível, que a Espanha volte para nós os olhos — e o estômago. ¿Será a Espanha, porém, capaz de nos engulir? ¿A Espanha, que não conseguiu ainda desfazer os fermentos separatistas que a minam, nem a Catalunha nem a Galiza, seria porventura capaz de nos absorver? Não o acreditamos.

Isto não significa que para nós não exista um perigo espanhol. Esse perigo existe, e manifestar-se-á tanto mais claramente quanto mais se acentuar a diferença de tensão entre os dois povos peninsulares, para *mais* do lado espanhol, para *menos* do lado português; mas não vai, certamente, até ao ponto de sermos engulidos como um torrão de açúcar. A Espanha há-de fazer-nos todo o mal que puder — sem nos absorver. ¿Mas para que ela não nos faça esse mal ou tanto como desejaria fazer-nos, qual é o caminho que temos a seguir? Aquele que nos indica, precisamente o Dr. Fernando Garcia: acelerar o nosso progresso económico e cultural, concentrando o poder em mãos hábeis e fortes, em cabeças sólidas que saibam o que querem e não tenham a fobia dos meios capazes de realizar o seu propósito nacional. Outro não era, de certo, o pensamento de António Sardinha, ao escrever as páginas da *Aliança Peninsular*. Uma aproximação entre os dois países só será possível no dia em que entre os dois não haja desequilíbrio, mas equilíbrio de tensão.

Vejamos agora o último quesito do nosso questionário:

IV—¿*Sim ou não o moral da Nação pode ser levantado por uma intensa propaganda, pelo jornal, pela revista e pelo livro, de forma a criar uma mentalidade colectiva capaz de impor aos políticos uma política de grandeza nacional?*

¿*Na hipótese afirmativa, qual o caminho a seguir?*

O Dr. Fernando Garcia responde-nos:

Mas se nós não temos nem jornal, nem revista, nem livro, nem leitor para eles . . . Nós temos apenas uma vontade nacional difusa, sub-consciente,

e sobretudo terrivelmente ignara, cheia de preconceitos criados pela ideologia democrático-maçónica.

António Sardinha conseguiu contra essa ideologia mais do que um homem pode conseguir; mas António Sardinha morreu sem deixar sucessores.

Por outro lado, o problema urge, e está mais para actos decisivos do que para discussões, porque as palavras levam muito tempo. Sob uma forma um pouco paradoxal, podemos dizer que Portugal ou se salva pelo *Diário do Governo*, ou não se salva. Dada a docilidade do carácter nacional, o redigi-lo em bom estilo constitue a primeira necessidade e a primeira dificuldade.

Há uma revolução a fazer, mas não de baixo para cima; pelas *élites* e não pelo número. Infelizmente as *élites* sofrem neste momento de um estado de espírito muito especial e muito deletério, que se caracteriza pela apetência dos resultados, acompanhada da fobia dos meios.

Mais de uma vez tem sido citada a sentença de Tácito: *nec mala nostra, nec remedia pate possumus*: não podemos sofrer nem os nossos males, nem os remédios que os podiam curar. Mas o interessante é que os remédios não os queremos tomar porque sejam amargos, mas porque temos medo.

Mêdo de quê? O pior de todos os medos, aquele que não tem nenhuma espécie de fundamento real, o mêdo de fantasmas criados por uma viciada educação nacional, o mêdo de almas do outro mundo, de um mundo que está morto e bem morto.

Se conversarmos *a sós* com qualquer dos homens da *élite*, vemos que todos êles conhecem o remédio, sabem o caminho a trilhar, conhecem a derrota a singrar; mas se qualquer dêesses homens tem por momentos na mão o poder de a realizar, ainda que não seja senão em uma simples afirmação pública e solene, a imaginação povoa-se-lhe imediatamente de fantasmas.

Êste é o grande perigo nacional, a causa do terrível mêdo de querer, e de querer os fins sem querer os meios. Dêle nasce a infantil volição de querer fazer a ordem com os princípios da desordem. Estes deixam-se campar livremente, enfraquecendo os fundamentos das grandes e eternas bases da sociedade, na imaginação perfeitamente pueril de que há apenas que endireitar o orçamento e depois voltar, e rapidamente, à primeira forma.

Caro nos custará êsse materialismo fisiocrático.

A anarquia das nossas *élites* dará, por certo, um belo volume a quem tenha o tempo e a coragem de o escrever. ¿Porque não escreve o próprio Dr. Fernando Garcia *Os erros da inteligência portuguesa?* Nesse livro teria oportunidade de flagelar essa «apetência dos resultados, acompanhada da fobia dos meios» que caracteriza, sobretudo, as classes conservadoras portuguesas. Os radicais, se querem os fins, querem os meios; os conservadores, não; desejam ardentemente os resultados, mas não se mexem, ficando em casa, tranqüilamente, à espera que êles lhes caiam do céu aos trambulhões. O que nos vale, no meio de tudo, é que não são apenas os conservadores portugueses que sofrem dêste mal: os franceses acompanham-nos.

Há uma revolução a fazer, mas de cima para baixo, não de baixo para cima, pela *élite*, não pelo número: três pessoas, pelo menos, estão con-

vencidas disso em Portugal: o Dr. Oliveira Salazar — que ainda há pouco o disse aos representantes do exército — o Dr. Fernando Garcia, e o autor destas linhas. Se cada uma destas três pessoas, na medida dos seus recursos, conseguir convencer outras três dessa necessidade, teremos dado um passo mais no caminho da criação de uma mentalidade colectiva. E digo um passo mais, porque muitos passos foram dados nesse sentido, antes mesmo que o Dr. Oliveira Salazar fôsse Ministro das Finanças. O Sr. Dr. Oliveira Salazar, porém, pela posição que ocupa, está melhor colocado do que qualquer de nós outros para dar comêço a essa revolução; tendo o *Diário do Govêrno* ao seu dispor, poderá redigi-lo em bom estilo, como diz o Dr. Fernando Garcia, e por êle salvar Portugal, não se importando que lhe chamem bolchevista. ¿Teremos entrado, realmente, nesse caminho? Já não seria sem tempo . . .

IX

Dr. João Ameal

Bastos acontecimentos se podem ter desenrolado, em Portugal como no resto do mundo, no decurso dos cinco anos que vão desde o início do nosso inquérito nas colunas dêste jornal e a resposta, que hoje se publica, de João Ameal; bastos acontecimentos, de facto, se desenrolaram no decurso dêsse tempo, — e dalguns dêles João Ameal dará conta mais adiante; a oportunidade, porém, dêste inquérito, não se perdeu. Se tivesse sido elaborado hoje em vez de o ter sido há cinco anos, o questionário que o precedeu talvez fôsse composto por outras perguntas, embora tendentes ao mesmo objectivo; tal como está, porém, não está de todo mal, tanto mais que as circunstâncias podem fàcilmente mudar onde o questionário não mudou com elas; corresponde ao objectivo que nos propomos, e que transcende a vida política de Portugal de hoje, para alcançar o império português de amanhã. De resto, a política de cada dia só nos interessa, pessoalmente, na medida em que ela possa servir os interêsses do império português — de hoje e de amanhã.

Supomos desnecessário apresentar o nosso correspondente de hoje: João Ameal é sobejamente conhecido como um escritor novo — não novo dos 17 anos, com uma única bagagem de crónicas literárias dispersas pelos jornais — mas um novo dos 30, com uma obra que tem tanto do cronista como do romancista, do jornalista como do ensaísta — um escritor da casa dos 30, culto e viajado, com o espírito amadurecido ao contacto da realidade dura dos nossos dias e sabendo tirar dessa realidade as lições que ela comporta para os homens como para os povos — uns e outros vivendo um grande desvairo. Emfim, João Ameal junta aos seus méritos de escritor, ocupando um lugar de destaque na sua geração, o mérito

de se ocupar da *res pública*, da cousa pública, numa compreensão nítida do seu dever de português e de europeu do século XX, para quem a vida não pode resumir-se em meia dúzia de locuções mais ou menos literárias e inúteis.

Pôsto isto, vamos ao inquérito. O primeiro quesito do nosso questionário rezava assim:

I—¿Sim ou não Portugal, potência de primeira grandeza na Renascença, guarda em si a vitalidade necessária para manter no futuro, na nova Renascença que há-de seguir-se à Idade-Média que atravessamos, o lugar de uma grande potência?

Resposta:

Creio absolutamente que sim. Só temos razões para confiar e esperar. Quando êste inquérito se iniciou, há cinco anos, Afonso Lopes Vieira falou no «renascimento da consciência nacional». Hoje podemos falar num *renascimento nacional* completo — de consciência, sim, mas também de facto. ¿Se Portugal ainda guardará em si a vitalidade necessária para manter no futuro o lugar de uma grande potência? Essa *vitalidade necessária* revela-se, bem viva, na obra destes cinco anos. Em 1926, o Estado era o inimigo e o parasita da Nação. Hoje, tende a ser o seu protector e o seu aliado.

Antes de ser um problema de ordem externa, o nosso era um problema de ordem interna. Tínhamos cem anos de desvio e de retrocesso a oprimir a nossa história. «*Pelos processos improvisados e caóticos em que vivemos, sucessivamente nos desenraizámos do torrão paterno*» — escreveu Ramalho Ortigão nas *Últimas Farpas* — *desandando e retrocedendo da ordem ascendente e lógica de toda a evolução social, principiando por substituir o interesse da Pátria pelo interesse de partido, depois o interesse de partido pelo interesse do grupo e por fim o interesse do grupo pelo interesse individual de cada um. . .*». Êste diagnóstico é perfeito. E é no sentido inverso que terá de desenvolver-se, agora, a nossa trajectória: o interesse individual (que não tem existência nem legitimidade sociológica) enquadrado, não no interesse do grupo ou do partido, mas no interesse familiar, profissional ou sindical — deve submeter-se ao *bem comum*, ou, como diz Ramalho, ao interesse da Pátria. Nesse dia teremos reconstituído a grande potência do Portugal histórico — mascarado, há um século, por estrangeirismos liberais e democráticos. E ser-nos-á fácil, então, impor ao mundo essa grande potência renascida.

Entretanto, não quero deixar de fazer um reparo à pergunta do inquérito. Parece que se trataria apenas do nosso engrandecimento para a tal hipotética Renascença «que há-de seguir-se à Idade Média que atravessamos». Ora eu concordo em que atravessamos essa nova Idade Média, saúdada e caracterizada por Berdiaeff. Mas não concordo em que esperemos pela Renascença futura (se é que ela virá, e não será antes uma consolidação da Idade Média actual — em vez de ser uma negação e uma destruição, como a outra Renascença foi, da outra Idade Média. . .) — não concordo,

repito, em que esperemos por essa Renascença futura para dar a Portugal o seu lugar de grande potência no concôrto universal. Quanto mais depressa, melhor! Já temos perdido demasiado tempo — atrás das ficções taradas de Rousseau, de Bentham, de Kant e de Karl Marx. . .

Portugal está subindo no conceito do estrangeiro. Fenómeno incontestável. E subirá mais. O futuro é nosso! Para que nos não escape, basta que o defendamos contra as últimas arremetidas anti-nacionais da peste democrática — tendo, no *terminus*, a federação ibérica, maçónico-bolchevista — e que fortaleçamos as directrizes nacionalistas do Govêrno da Ditadura, formuladas, com tanta precisão, tanta lucidez e tanta energia, pelo Sr. Dr. Oliveira Salazar em 30 de Julho do ano passado.

Não podemos deixar de concordar com João Ameal nas suas observações quanto à evolução da política portuguesa nestes últimos cinco anos. Certos jornais do país vizinho, na sua ânsia de nos libertarem (para quê?) podem dizer que em Portugal não se vive em regime constitucional. Mas nós, portugueses, não nos sentimos mal sob esta ditadura, que é feita, afinal, por portugueses e para bem de Portugal, e preferimo-la mil vezes a uma ocupação civil e constitucional que nos conduzisse directamente à anarquia e à dissolução. A situação de há cinco anos para cá modificou-se, manifestamente, para melhor, e essa modificação para melhor permitiu lançarem-se os fundamentos para a renovação do império português, pelo equilíbrio financeiro (e neste capítulo temos dado lições à Inglaterra, à Alemanha e aos Estados Unidos) pela reconstituição da nossa marinha de guerra, pela solução do problema de Angola e, amanhã, pela reconstituição da nossa economia metropolitana e colonial.

Quanto à observação do nosso correspondente sôbre a Idade-Média que atravessamos e à nova Renascença que se prepara, não nos agarraremos ao que podemos chamar a filosofia da Idade-Média passada e da passada Renascença; empregámos estas palavras por simples comodidade, querendo por elas significar que do caos em que o mundo actualmente se debate há-de sair um dia uma reacção fecunda, um renascimento completo das fôrças dignas de viverem, com o desaparecimento concomitante das que não têm qualquer razão de existência própria. Não queremos, não poderíamos querer, evidentemente, que Portugal seja grande só depois de passada a época tormentosa, agitada, anárquica, por que estamos passando; preguntamos apenas se Portugal tem em si a vitalidade necessária para ser no futuro o que foi no passado; e se a tem — como é opinião de João Ameal e a nossa também — o nosso dever é trabalhar para que a nossa grandeza esteja já feita no momento histórico em que o mundo novo saia dos escombros dêste mundo velho, que está caindo de podre aos pedaços. Não, não temos nada que esperar: temos pelo

contrário que lutar desde já para que o dia de amanhã nos não encontre desprevenidos. Se *somos hoje*, nada impedirá que *sejamos amanhã*, se não nos esgotarmos, até lá, em lutas mesquinhas de política de campanário.

E a condição essencial para que sejamos, é que não voltemos ao regime dissolvente e dissoluto dos partidos políticos.

II—*Sim ou não Portugal, sendo a terceira potência colonial, tem todos os direitos a ser considerada uma grande potência europeia?*

Resposta :

Só podem hesitar ou duvidar, êsses falsos portugueses, ou antes, êsses portugueses adulterados que, da Carta Constitucional por diante, se sujeitaram a servir princípios e sistemas que não eram nossos. Regressando à sua consciência histórica, reatando a sua marcha de povo heróico — *Portugal português* sabe que é uma grande potência europeia. Muito mais agora, que, ao nosso lado, a Espanha (como outra Austria-Hungria) se decompõe, velozmente, na orgia primária das velhas utopias de 1789, reproduzindo, cento e tantos anos depois, os erros, os crimes, os massacres, os incêndios, os ridículos dessa miserável bacanal que foi a Revolução Francesa. . .

Na *Explication de notre temps*, afirma com razão Lucien Romier, que «é sôbre o nacionalismo que repousa a existência dos Estados modernos». Assistimos, na verdade, a um duelo de imperialismos: imperialismo francês, imperialismo britânico, imperialismo italiano, imperialismo alemão — até mesmo (e como a aliança destas palavras é caricatural!) imperialismo yankee. . . Mas os imperialismos francês e inglês são demasiado burgueses e conservadores, o italiano e o alemão demasiado agressivos, o yankee, simples empresa plutocrática. . . Portugal, com a sua tradição evangelizadora, tem, nesta atmosfera materialista, o melhor clima para o seu possível triunfo. . .

Um século de crepúsculo político tirou-lhe a categoria de grande potência. A reacção nacionalista-imperialista há-de restituir-lha.

Senão, veja-se o *Acto Colonial*, veja-se a linguagem da declaração ministerial de 30 de Julho de 1930:

Na nossa ordem política, a primeira realidade é a existência independente da Nação portuguesa, com o direito de possuir, fora do continente europeu, crescendo à sua herança peninsular, por um imperativo categórico da História, pela sua acção ultramarina em descobertas e conquistas, e pela conjugação e harmonia dos esforços civilizadores das raças, o património marítimo, territorial, político e espiritual abrangido na esfera do seu domínio ou influência.

Veja-se ainda esta passagem das bases da União Nacional:

O Estado, mantendo o justo equilíbrio na distribuição dos seus recursos, realizará nos territórios do ultramar a actividade de civilização, fomento e colonização correspondente ao destino do seu império.

As palavras não são tudo. Mas são já alguma cousa. A palavra *império*, com que termina êste período calmo e firme, é bem reveladora de um Portugal consciente da sua categoria de grande potência, disposto a mantê-la, a remoçá-la — e, de maneira nenhuma, a discuti-la. . .

¿Quem discutirá, entre portugueses, a qualidade imperial do nosso destino e, conseqüentemente a nossa qualidade de grande potência? Apenas aqueles mesquinhos portugueses a quem um dia ensinaram que Portugal já seria bastante grande e glorioso se conseguisse ser tam tranqüilo, tam sossegado, tam feliz — tam burguezmente feliz como a Suíça. ¿E porque não — agora que temos o cosmopolitismo aqui ao pé da porta, com a Costa do Sol — porque não limitar as nossas ambições à tranqüilidade aristocrática do principado de Mónaco? ¿Ou à tranqüilidade feudal da república de Andorra? Porque temos um céu muito azul, um clima considerado doce, um sol bastante dourado e flores bastantes vistosas, ¿não nos poderemos considerar já suficientemente felizes, sem pensarmos em grandezas doutra qualidade?

A «pequena casa lusitana», de Camões, não tinha o sentido limitativo e deprimente do «Portugal, país pequeno» que no tempo dos nossos pais se consagrou como uma verdade indiscutível. Ora, Portugal só foi um país pequeno no dia em que se constituiu como nação independente. Daí até à Renascença não fez mais do que alargar as suas fronteiras dentro do quadro da Península, e do que prolongá-las no ultramar, pelos descobrimentos e pelas conquistas, no dia em que as suas fronteiras naturais estavam fixadas politicamente. A vocação de Portugal é, pois, uma vocação nitidamente *imperial*, que não é, que nós o saibamos, pelo menos, a vocação da Suíça, nem a de Mónaco, nem a de Andorra — povos e estados felizes sem história.

Felizmente há no govêrno da ditadura quem tenha a noção exacta desta realidade. Os textos oficiais incluem já a palavra *império*; e se é certo que a constituição dum império não é cousa que se decreta, se um império se não cria por uma determinação legislativa, o certo é que a vergonha do «Portugal país pequeno» deixa de ter uma sanção constitucional. Imperialistas são todos os povos novos; imperialistas são os povos antigos como o Japão, cuja dinastia conta 2:000 anos, e como Portugal, quando as suas energias se não esgotaram em lutas estéreis. Portugal é, pois, um império, visto que é ainda, apesar de grandemente deminuído nos seus bens territoriais, a terceira potência colonial do mundo. E ou não há impérios, ou a terceira potência colonial há-de ser fatalmente um grande império. Se somos um império, o nosso dever é conservarmo-nos

tais como somos; e para isso — o exemplo claro da Espanha, debatendo-se na anarquia às nossas próprias portas, mostra-nos qual o caminho a seguir. Os povos perdem-se pela anarquia e salvam-se pela autoridade.

III—*¿Sim ou não Portugal, amputado das suas colónias, perderá toda a razão de ser como povo independente no concôrto europeu?*

Resposta :

Independente, será sempre. Não sou capaz de imaginar, ou de admitir, outra cousa. Como também só pelo desejo que tenho de responder ao questionário, me ocupo desta pergunta — visto que não imagino, não admito, um Portugal *amputado das suas colónias!* Isto, de resto, não é uma censura. Bem sei que o questionário foi feito quando Portugal agonizava nos braços da democracia — da democracia que não é apenas a «melancólica rotina» de que falava Eça de Queiroz, que é, também, pilhagem sistemática, dissipação criminosa dos bens nacionais. E, nesse tempo, eram justificados todos os receios. . .

Repito, pois: sem as suas colónias, Portugal continuaria a ser independente. Mas deixaria de ter um valor próprio, um valor absoluto. Seria apenas um valor relativo, um valor de equilíbrio peninsular, manobrado pelas grandes potências — isto é, por aquelas que tivessem conservado as suas colónias, ou nos tivessem roubado as nossas. . .

Aqui, apenas uma pequena observação: o facto de o nosso patriotismo não admitir um Portugal amputado das suas colónias não significa que essa amputação não tivesse já sido negociada como forma de se conseguir a paz europeia — ou pelo menos como paliativo para evitar a guerra. São águas passadas, bem o sabemos. . . E a única maneira que temos de evitar que uma tal ameaça se repita, é nós cumprirmos o nosso dever imperial, isto é, correspondermos, de facto e com factos, à missão de que a História nos incumbiu. ¿Sem colónias continuaríamos a viver independentes? Evidentemente. Apenas com esta reserva: porque Portugal não poderia ser facilmente incorporado em qualquer outro povo. Continuaríamos a ser independentes, mas deixaríamos de ter um valor próprio, um valor absoluto; seríamos apenas um valor relativo, um valor de equilíbrio peninsular, manobrado pelas grandes potências — isto é, por aquelas que tivessem conservado as suas colónias ou nos tivessem roubado as nossas, como muito bem João Ameal diz atrás. ¿E poderia esta espécie de independência, porventura, servir-nos? ¿Haverá algum português que com ela se não sentisse diminuído? Cremos que não.

IV—*¿Sim ou não o moral da Nação pode ser levantado por uma intensa propaganda, pelo jornal, pela revista e pelo livro, de forma a criar uma mentalidade colectiva capaz de impor aos políticos uma política de grandeza nacional?*

¿Na hipótese afirmativa, qual o caminho a seguir?

Resposta :

Esta pergunta, hoje, encontrou já a melhor resposta nos acontecimentos políticos de Portugal. Criou-se já uma mentalidade colectiva que impõe uma política de grandeza nacional.

Resta agora manter, consolidar, ampliar êsse esforço. Sou daqueles que pregam sempre a guerra santa — exortando os pensadores e os condutores do meu tempo a cumprirem o seu dever. Num inquérito literário, realizado por mim há dois anos no *Diário de Notícias*, fazia parte do meu questionário êste quesito: *¿Qual a orientação preferível para uma literatura de exaltação nacionalista, capaz de suscitar e acompanhar um renascimento português?*

Não me lembro já quem foi que disse que o escritor de hoje vive ao parapeito. . . A ofensiva das ideas falsas, ou das ideas falsificadas, é cada vez mais intensa. Do Oriente, vem uma nuvem constante de venenosos sortilégios — entre os quais ressuscitam as remotas e dissolventes superstições do panteísmo asiático.

Ao parapeito — não podemos hesitar. Defesa do Ocidente! — gritou Massis. Defesa do nosso património espiritual, moral e social, da Ordem contra a desordem, da harmonia contra o caos.

A nova cruzada é, por agora, mais de inteligências que de exércitos. Na batalha das ideas, precisamos de vencer — não apenas sustentando as nossas posições, mas conquistando as do adversário, desalojando-o, expulsando-o para as regiões malélicas e distantes de onde veio. . .

O homem de letras, o jornalista, que não entrem nesta pugna essencial, que não se sacrifiquem a esta causa suprema — são perfeitamente equiparáveis a desertores. Desertores dos mais culpados, porque dos mais conscientes — e dos mais cobardes, porque dos mais responsáveis.

Cada dia se extremam melhor os campos. Os que querem o grande Portugal batem-se para que êle surja de entre as brumas promissoras do nosso renascimento. Os que permanecem indiferentes, cépticos ou cúmplices das forças contrárias não terão amanhã lugar no Portugal que não mereceram.

Faça-se a chamada a todos os escritores portugueses, dignos dêste título. Essa é a maior vantagem dêste inquérito. ¡E que todos aqueles que comungarem na mesma fé e na mesma tensão de vontade construtiva — que todos se alistem na campanha nova!

Portugal acorda! O seu impulso — em contraste com o seu torpor de ontem — sente-se a cada hora. ¡Só o não sentem os apáticos e os dormentes. Portugal acorda! E é preciso mostrar-lhe, a toda a luz, os horizontes que o esperam — se tiver a coragem de caminhar para a frente, se quiser ser, neste embate formidável do *depois da guerra*, uma Nação vitoriosa, isto é: uma Nação contra-revolucionária, militarista e imperial.

¿Que dizer às luminosas, claras e terminantes palavras de João Ameal que não seja *amen*? Alguém disse um dia que, em determinadas circunstâncias, o mais difícil para um homem não é cumprir o seu dever, mas saber em que consiste êsse dever. João Ameal conhece-o — e cumpre-o. Mas, por um que o cumpre, ¿quantos o não deixam de cumprir? ¿Quantos, dos que manejam uma pena, sabem servir-se dela para combater pela grandeza de Portugal? Muito poucos: a trágica verdade é esta. A democracia, convertendo o indivíduo num deus — pobre deus, coitadinho! — fez-lhe esquecer que acima do indivíduo existe a família, que acima da família existe a Pátria. É contra essa indiferença que nós nos batemos, e alguns anos de colaboração neste jornal aí estão a atestá-lo; contra essa indiferença elaborámos o questionário dêste inquérito, e com o objectivo de fazer unir fileiras a todos os intellectuais portugueses dignos dêsse nome e das responsabilidades que êsse nome implica, o começámos a publicar — há cinco anos! Não se trata de organizar um partido político; se assim fôsse, como um tolo encontra sempre um tolo ainda maior para o admirar, nós teríamos já à nossa volta um núcleo de homens e o dinheiro necessário até para lançar um jornal diário; como, porém, se trata apenas de reunir à volta duma idea nacional — a grandeza do império português — a opinião dalgumas dezenas de intellectuais portugueses — apenas meia dúzia respondem, apenas meia dúzia têm a coragem e a disposição de espírito necessárias para fazer o sacrifício. . . de meia dúzia de linhas. Assim está o mundo, meu caro Ameal.

X

Brigadeiro João de Almeida

¿Será necessário apresentar aos leitores dêste inquérito a pessoa do Sr. brigadeiro João de Almeida? Temos a certeza de que não. O nome do Sr. brigadeiro João de Almeida está feito como homem de inteligência e homem de espada. Num jornal consagrado a questões coloniais, como é êste, o «Herói dos Dembos» significa alguma cousa; evoca um escol de militares, de soldados que souberam ocupar e pacificar, numa luta por vezes heróica, as terras de África que os seus e nossos antepassados haviam sabido descobrir e conquistar para o império português. Não podíamos deixar de ouvir, pois, sôbre um problema de interêsse tam capital para nós, portugueses, como é êste da manutenção e do desenvolvimento do nosso vasto império, a opinião de soldados como João de Almeida, Paiva Couceiro e Azevedo Coutinho. Ouvimo-los; e como, felizmente, as suas respostas não nos chegaram todas à mão ao mesmo tempo, adoptámos o critério de as publicar pela ordem por que foram recebidas, pois de outra forma ver-nos-íamos embaraçados para saber a qual dêstes três grandes soldados da nossa África haveríamos de dar a prioridade.

A primeira pergunta do nosso questionário é esta:

I—¿Sim ou não Portugal, potência de primeira grandeza na Renascença, guarda em si a vitalidade necessária para manter no futuro, na nova Renascença que há-de seguir-se à Idade-Média que atravessamos, o lugar de uma grande potência?

O Sr. brigadeiro João de Almeida responde-nos:

Um povo que tem a nossa história e representa entre os povos do mundo um papel civilizador que se desenvolve há séculos é sempre uma grande potência, mesmo quando certas noites escuras da humanidade permitam que a sua posição e o seu valor sejam deminuídos.

Nada tendo a objectar à primeira parte desta resposta, não deixemos todavia de observar, quanto à segunda, que nem só «certas noites escuras da humanidade» têm permitido que a posição e o valor da grande potência que é Portugal sejam deminuídos. A essas noites escuras da humanidade é preciso acrescentar a acção corrosiva de certas noites escuras de nós próprios. As lutas internas, determinadas pela importação de uma ideologia política estrangeira, dos princípios políticos e filosóficos da Revolução Francesa, levaram-nos ao esquecimento do que valíamos como grande potência, para nos lembrarmos apenas da emancipação do indivíduo, considerado como célula fundamental da sociedade. A Maçonaria substituiu às lutas pela conservação nacional as lutas nefastas pela «emancipação do género humano». A democracia, que mais tarde Marcel Sembat haveria de acusar de substituir as lutas externas de expansão pelas lutas internas de desagregação, se não nos levou a abandonar essas lutas externas de expansão, porque o ciclo dos nossos descobrimentos e conquistas estava fechado, levou-nos a esquecer que tínhamos um altíssimo património moral e espiritual a defender, que tínhamos um vastíssimo império territorial a defender contra a cobiça de nações mais fortes. E enquanto em Portugal nos entretínhamos a retalhar e a dividir a consciência nacional, o nosso império ultramarino ia ficando à mercê da cobiça dos mais fortes e dos mais ambiciosos.

Estas observações não opõem, evidentemente, a opinião do autor destas linhas à opinião do Sr. brigadeiro João de Almeida: se o nosso depoente não disse o que atrás dizemos, pensa-o com certeza. Mas não quisemos deixar de aproveitar esta oportunidade para lembrar aos portugueses que todos temos culpas no cartório, pois a cobiça do estrangeiro não teria ido tam longe como foi, o nosso império não seria mutilado como foi, se a consciência nacional não tivesse sido sacrificada aos interesses dos partidos, se as tradições nacionais não tivessem sido esquecidas em holocausto aos princípios internacionalistas da Revolução Francesa.

A segunda pergunta do nosso questionário é esta:

II—¿Sim ou não Portugal, sendo a terceira potência colonial, tem todos os direitos a ser considerado uma grande potência europeia?

O Sr. brigadeiro João de Almeida responde-nos:

Evidentemente. A terceira potência colonial do mundo é por natureza uma grande potência mundial.

Uma pergunta em duas linhas. Uma resposta em duas linhas. O Sr. brigadeiro João de Almeida responde afirmativamente. ¿Poderia, porventura, responder de outra forma? Não. O que é, é. Terceira potência colonial, Portugal é pela fôrça das circunstâncias uma grande potência europeia. ¿Não somos como tal considerados? Aqui ainda, a culpa é mais nossa do que alheia. ¿Que autoridade temos nós para nos impormos aos estrangeiros como uma grande potência, quando nós próprios nos deixamos convencer, em Portugal, de que somos um país pequeno?

Deve dizer-se aqui, em abono da verdade, que muito se tem feito, desde 28 de Maio de 1926 até hoje, para corrigir internamente a pequenez da nossa visão, para rectificar a nossa posição no mundo aos olhos dos estrangeiros. A série de exposições internacionais a que temos concorrido — Sevilha, Bruxelas, Paris — tem demonstrado aos estrangeiros, não só a grandeza do nosso território e a importância económica do nosso império ultramarino, como também a nossa capacidade colonizadora. Outras nações, com mais recursos financeiros do que nós, não têm feito tanto como nós, e podem receber de Portugal lições em matéria de colonização. A recente Exposição Internacional de Paris, sobretudo, foi, neste capítulo, uma vasta janela que para nós se abriu no mundo. A visita do Ministro das Colónias a Paris e depois a Bruxelas deu-nos azo a mostrar que Portugal não é um país perdido no extremo-ocidente da Europa, um país velho e caduco, abandonado apenas à contemplação estéril do passado; e o acolhimento prestado na França e na Bélgica ao Ministro português das Colónias e à sua comitiva — uma comitiva de soldados temperados na luta pela conservação e pela pacificação do nosso património ultramarino, entre os quais se contava o Sr. brigadeiro João de Almeida — demonstrou que os estrangeiros categorizados, que a França e a Bélgica reconheciam e prestavam homenagem à grandeza do nosso esforço civilizador, e reconheciam em Portugal uma grande potência.

Alguma cousa mais se tem feito ainda, porém, depois de 28 de Maio de 1926, pela correcção da vergonhosa lenda de um *Portugal, país pequeno*. Com a passagem do Sr. Dr. Oliveira Salazar pela pasta das Colónias, ganhámos o *Acto Colonial*, página definitiva da futura Constituição, e pela qual se consagra legalmente, constitucionalmente, a existência de um império português. Com o Sr. Dr. Armindo Monteiro, as definições legais começaram a converter-se em realizações práticas; o esqueleto legal do império começa a cobrir-se de tecidos; o império começa a organizar-se economicamente, liquidando um passado sombrio e preparando um futuro claro, e à concepção derrotista e mesquinha do *país pequeno* o Ministro opõe, espalha, proclama a concepção, real e verdadeira, de um

grande império português; e a mentalidade imperial começa a informar não só o texto dos discursos oficiais, o que já é muito, mas também a própria legislação, o que é mais ainda.

A terceira pergunta do nosso questionário é esta:

III—*¿Sim ou não Portugal, amputado das suas colónias, perderia toda a razão de ser como povo independente no concôrto europeu?*

O Sr. brigadeiro João de Almeida responde-nos:

Portugal era já um país independente antes de ter colónias. Herdámos um património espiritual de língua e de génio cristão que nos vem de tempos mais distantes que o das descobertas — o espírito expansivo e assimilador da nossa raça. As descobertas foram uma consequência — não são uma causa. As colónias por isso não são a razão de ser da nossa independência, mas sim uma das forças que mais pujantemente apoiam a independência, considerando-as como elas são na realidade, partes integrantes do Império.

Devemos desfazer aqui um equívoco, determinado no espírito do nosso depoente possivelmente pela falta de clareza da nossa pergunta. Quando preguntámos se sim ou não Portugal, amputado das suas colónias, perderia toda a razão de ser como povo independente no concôrto europeu, nunca nos passou pela cabeça tomar o efeito pela causa, considerando a nossa independência política como uma consequência dos nossos descobrimentos. A *intenção* da nossa pergunta, mal traduzida certamente pela *letra*, era esta: ¿se Portugal perdesse as suas colónias, a que ficaria reduzida a sua independência política em face do resto da Europa? Vista a questão como foi vista pelo nosso correspondente, não há dúvida que a sua resposta está certa: as colónias não são a razão de ser da nossa independência, «mas sim uma das forças que mais pujantemente apoiam a independência, considerando-as como elas são na realidade, partes integrantes do império».

Por estas palavras ficamos reconciliados com o Sr. brigadeiro João de Almeida, isto é, por elas chegamos ao mesmo ponto onde queríamos chegar. ¿Se as colónias são uma das forças que mais pujantemente apoiam a nossa independência, a sua perda não equivaleria a uma diminuição dessa independência? Julgamos que sim. Para não ser absorvido pela Espanha, Portugal teve de expandir-se para o mar, fez-se descobridor e colonizador. A existência de um Portugal ultramarino consolidava assim a independência de um Portugal metropolitano. ¿Ora, se amanhã as colónias portuguesas fôsem convertidas em colónias estrangeiras, a que

bordão se apoiaria a nossa independência metropolitana? Sem colónias, sem ilhas adjacentes, reduzido ao seu território metropolitano, Portugal talvez não fôsse absorvido pela Espanha, porque é difícil absorver um país tam ferozmente independente como é o nosso: ¿mas qual seria a nossa finalidade histórica daí por diante? ¿Que valeria Portugal daí por diante, política, moral, económica, espiritualmente, em face dos interesses europeus? ¿Ficariamos com os destinos gloriosos e pacíficos da gloriosa e pacífica Suíça? ¿Passariamos a viver do turismo, do sol dourado e do céu azul?

Eis porque em nosso entender é necessário criar em Portugal uma mentalidade colonial, habituar os portugueses a pensarem que têm colónias, que as colónias que possuimos fazem de nós a terceira potência colonial, que por isso somos uma grande potência, e que, perdendo as colónias, não só deixaríamos de ser a grande potência que hoje somos, como correríamos o risco de perder a própria independência, em holocausto aos interesses superiores da Europa, ou em virtude de qualquer nova «noite escura da humanidade». Eis porque, em nosso entender, é necessário ligar cada vez mais, soldar a economia metropolitana à economia colonial, de forma a que Portugal e os seus domínios ultramarinos, reunidos, constituam um todo, política e economicamente homogéneo, que será o império português.

A quarta e última pergunta do nosso questionário é assim concebida:

*IV—¿Sim ou não o moral da Nação pode ser levantado por uma intensa propaganda, pelo jornal, pela revista e pelo livro, de forma a criar uma mentalidade colectiva capaz de impor aos políticos uma política de grandeza nacional?
¿Na hipótese afirmativa, qual o caminho a seguir?*

Eis a resposta do Sr. brigadeiro João de Almeida:

A resposta a esta pergunta envolve o desenvolvimento de um programa e de um pensamento político. Permita-me que o reserve e me limite a declarar que só há uma política de grandeza para Portugal — a que olhe de frente para os grandes objectivos da Nação. E só há uma maneira de a pôr em prática — ensinar e fazer amar a todos os portugueses o rumo dos seus destinos.

Nestas condições julgo toda a propaganda útil sempre que essa propaganda, pelo livro, pela revista, pelo cinema, pelo teatro, etc., contiver em si o próprio espírito que é preciso instalar na alma e na cabeça de todos os portugueses.

Lamentamos que o nosso ilustre correspondente não queira expor no seu depoimento no nosso inquérito o seu programa político, o seu pensa-

mento sôbre a política necessária para a consecução do nosso objectivo comum: a grandeza do império português. «Ensinar e fazer amar a todos os portugueses o rumo dos seus destinos» é, de facto, uma tarefa grandiosa, mas que nunca poderá ser levada a bom têrmo se não tiver a sustentá-la, a incitá-la, e mesmo a promovê-la, da parte do Estado, o que nós consideramos uma política de grandeza nacional. Pela nossa parte, por exemplo, estamos longe de considerar inútil êste inquérito; mas os seus efeitos serão sem dúvida insignificantes, pois não temos ao nosso alcance os meios de que o Estado dispõe para levar a toda a parte a propaganda do que, por ser o interêsse nacional, é igualmente o seu interêsse. Concordamos em que o Estado português, depois que o movimento militar de 28 de Maio o libertou da tutela dos partidos, muito tem feito no caminho da grandeza nacional; no caso particular dos domínios ultramarinos, muitíssimo, igualmente, se tem feito; mas está longe ainda das nossas necessidades a propaganda que leve todos os portugueses a convencerem-se, pelo coração e pela intelligência, pelo sentimento e pela razão, de que são possuidores de um vasto império e de que largos destinos êsse império tem diante de si, se os portugueses mais uma vez, pelas lutas internas de desagregação, não traírem a missão histórica que a providência e a geografia lhes confiaram.

XI

Paiva Couceiro

Há no Sr. Henrique de Paiva Couceiro duas personalidades distintas: a sua personalidade política como chefe militar das revoltas monárquicas e a sua personalidade colonial, ignorada ou esquecida pelo grande público, que só vê em Paiva Couceiro o chefe dos antigos «couceiristas», mas lembrada com saüdade por todos os coloniais de carreira e admirada por todos os que, como nós, nunca tendo ido às colónias, seguem contudo com o maior interêsse tudo quanto lhes diga respeito e as consideram menos como colónias do que como províncias ultramarinas, partes integrantes do império portuguez, como aqui disse, na semana passada, o Sr. brigadeiro João de Almeida.

A personalidade política do Sr. Paiva Couceiro, se nos interessou outrora e algures — no tempo em que a nossa actividade intelectual era condicionada pela nossa actividade política —, não pode interessar-nos nestas colunas imparciais; aqui, o que nos interessa, não é o paladino político, mas o colonial de envergadura, cujo nome, por ter ficado profundamente vinculado à província de Angola, ainda hoje ali é lembrado com saüdade. Mas não podemos deixar de dizer que estes dois aspectos, estas duas personalidades do mesmo homem se fundem no *soldado*, síntese perfeita daqueles dois aspectos. Como colonial ou como caudilho, o Sr. Paiva Couceiro foi sempre, e sobretudo, um soldado: e o que no depoimento que a seguir publicamos se diz da cavalaria não faz mais do que confirmar a opinião que deixamos atrás fixada. Podemos, mesmo, incarnar no Sr. Henrique de Paiva Couceiro o que em Portugal resta do espírito da cavalaria medieval, e assim lhe prestaremos a justiça que o seu carácter merece, justiça que as paixões políticas, elevadas ao rubro, não têm deixado que lhe seja prestada.

Pôsto isto, apresentadas as razões que nos impunham o dever de ouvir neste inquérito a opinião autorizada do antigo soldado de África, vamos ouvir o depoimento do nosso ilustre correspondente. Antes disso, porém, seja-nos permitido repetir aqui as perguntas que constituem o nosso questionário, visto que o Sr. Paiva Couceiro, tratando a fundo da questão, não as reproduziu no texto da sua resposta, e a elas só incidentalmente alude. Ei-las:

- I—*¿Sim ou não Portugal, potência de primeira grandeza na Renascença, guarda em si a vitalidade necessária para manter no futuro, na nova Renascença que há-de seguir-se à Idade-Média que atravessamos, o lugar de uma grande potência?*
- II—*¿Sim ou não Portugal, sendo a terceira potência colonial, tem todos os direitos a ser considerado uma grande potência europeia?*
- III—*¿Sim ou não Portugal, amputado das suas colónias, perderia toda a razão de ser como povo independente no concôrto europeu?*
- IV—*¿Sim ou não o moral da Nação pode ser levantado por uma intensa propaganda, pelo jornal, pela revista e pelo livro, de forma a criar uma mentalidade colectiva capaz de impor aos políticos uma política de grandeza nacional?*
¿Na hipótese afirmativa, qual o caminho a seguir?

Eis o artigo que, em resposta às perguntas acima formuladas, tivemos a honra de receber do Sr. Henrique de Paiva Couceiro e gostosamente transcrevemos na íntegra:

Portugal, vasto Império?

Qualquer português responderá a todos os pontos do questionário a tal respeito com um *sim*, resoluto e convicto. Mas ao sentimento de fé patriótica no destino nacional, que essa resposta positiva afirma e declara, sem hesitações nem reticências, há que acrescentar, todavia, os comentários da boa razão.

Os povos talham, êles mesmos, o seu destino, guiados pelas almas valerosas que surgem à sua frente.

É certo que nas camadas profundas do povo português existe ainda o potencial das fortes virtudes que criaram, em tempos idos, o brilho da sua história.

Mas é certo também que, para a ressurreição dêsse passado ilustre, adaptado embora às possibilidades do presente, se torna necessário que resuscite, primeiro, o espírito que dê vitalidade e movimento, no bom sentido, às excelências do atavismo popular, desvirtuadas agora, no sentido da decadência pelo influxo nocivo dos sistemas políticos que modernamente nos têm governado.

Para mais fácil definição do que penso sôbre o assunto, seja-me permitido utilizar a própria referência feita ao n.º 1.º do questionário e uma «nova Renascença que há-de seguir-se à Idade-Média que estamos atravessando».

Creio que a palavra «Idade-Média» estará aqui empregada apenas pela circunstância de ser o antecedente cronológico da Renascença.

Pois — para nós portugueses —, se é facto que a obra expansiva e grandiosa da nossa história — aquela que nos deu fama universal — pertence ao período da Renascença do século xv, não é menos verdade que a mola viva dessa epopeia de glórias foi forjada no período da Idade-Média.

Durante a reconquista se criou com efeito, e educou a rija têmpera portuguesa, não apenas dos cavaleiros, mas também da infantaria formada pelos homens dos concelhos, que, nas Navas de Tolosa, por exemplo (1212) — conta Alexandre Herculano — *«soube distinguir-se por extremos de sofrimento e de actividade no mais duro e pesado serviço do exército, e no valor impetuoso com que se arrojava ao combate, como se o dar e receber a morte fôsse o deleite de um banquete. Era o povo que surgia forte e activo, porque a vida municipal despertara nêle o sentimento da liberdade e a idea de Pátria»*.

A colocação do Mestre de Aviz no trono mostra, ainda, como é que êsse povo de então prezava, e sabia defender, os foros da liberdade e da independência nacional.

Bem pode concluir-se, portanto, que a Idade-Média, crente na soberania de Cristo, foi, para nós, escola de altas virtudes, de ordem moral. E, além dêsse espiritualismo que a caracteriza, estão ligadas à Idade-Média as estruturas e hierarquias orgânicas, instrumento precioso de ordem e cooperação das classes.

Pelo contrário, a era chamada moderna significa o humanismo e o individualismo, cuja filosofia fez do homem eixo soberano da vida. De onde nasceu a ética de auto-perfectibilidade sem sanções nem estímulos super-humanos. E na evolução de tais conceitos — evolução lenta, pois que a Renascença não se apartou desde logo do idealismo cristão da Idade-Média —, foi o mundo conduzido, a pouco e pouco, ao materialismo, ao culto do bezerro de ouro, ao sistema económico que faz, do trabalho humano, mercadoria de oferta e procura, e, finalmente, à luta de classes — consequência de tudo isto. E dentro dos laços desta engrenagem fatal, a civilização e a cultura da Renascença — tendo atingido o seu apogeu nas alturas da Grande Guerra — correm agora o risco sério de sucumbir — como sucumbiu a civilização de Roma — diante de uma nova invasão de bárbaros, que lhe prepara a Rússia dos Soviets.

Cumpre-nos, pois, confessar que, sob o aspecto moral, a Renascença do século xv, preparando as vias para o estado social do século xx, onde predomina a ordem do burguesismo, egoísta, comodista, ganancioso e ateísta, ou paganizado, não representa vantagem, ou progresso útil, em relação à Idade-Média, onde predominou a ordem da Cavalaria, com os seus pontos de honra, e as suas regras estatutárias, impondo a cortesia e o cavalheirismo, a caridade e a defesa dos fracos, o combate pela fé, e pela justiça, e a religião do dever, através de todos os perigos, privações e sacrifícios.

E — pôsto isto —, se nós queremos o renascimento de Portugal, com o seu Império Ultramarino, e aceitamos, por consequência, os condicionalismos

necessários para conseguir tam alto objectivo — ¿ qual é o tronco onde devemos enxertar a vergôntea viva do esforço a que nos propomos ?

Renascença ou Idade-Média ?

Responderá por nós o mesmo Alexandre Herculano, com as palavras que vamos transcrever, insuspeitas — queremos acreditá-lo — para quem ainda hoje professe a doutrina liberal do século XIX:

Alumiada pelo clarão do Evangelho triunfante, a Idade-Média, época da fundação das modernas sociedades da Europa, oferece, no complexo das suas instituições e tendências, um começo de solução ao problema que o mundo antigo não soubera resolver. Cousas diversas prepararam, durante os séculos XIV e XV, o estabelecimento das monarquias absolutas, que impediram o desenvolvimento lógico daquelas instituições, na verdade bárbaras e incompletas, mas que, apesar da sua imperfeição e rudeza, continham os elementos de equilíbrio entre a desigualdade e a liberdade. . .

Monarquias absolutas, Revolução Francesa, liberalismo do século XIX, — fases políticas sucessivas da época moderna —, diversas de facto entre si, mas idênticas, todas elas, no enfraquecimento ou supressão das corporações do trabalho, e dos foros municipais e provinciais, e, portanto, no isolamento do indivíduo, debaixo da autoridade de um Estado todo poderoso, centralizador e onnipotente.

Assim o desassombrado «Senão, não», e a virilidade altiva das tropas concelhias da Idade-Média vieram a transformar-se na servidão operária, e no servilismo eleiçoeiro, do liberalismo, económico e político, dos séculos XIX e XX. E, ao que parece, vai-se chegando a hora do apuramento das contas, que se manifesta pelos rumores da tempestade, que pairam na atmosfera.

Nós os portugueses, em particular, baluarte ocidental do anti-bolchevismo, vemos de perto eventualidades que reclamam a nossa atenção. Há necessidade, sem dúvida nenhuma, de um ressurgimento, que nos habilite para a defesa vigorosa.

Nova Renascença, que, evidentemente desmentiria o seu título se seguisse as pisadas da velha Renascença do século XV — do homem divinizado, e árbitro superior da vida —, origem fundamental das dissoluções e agitações actuais. E que só poderá ser efectivamente nova Renascença, com capacidade para construir a grandeza pátria, continental e ultramarina, se nos apoiarmos no espiritualismo, como fez a antiga Idade-Média, e se nesta nos inspirarmos, conforme o conselho de Alexandre Herculano.

Corrigindo — claro está — com as aquisições modernas da consciência humana quanto de primitivo no medievalismo se possa conter, ou de rude, cruel ou grosseiro, mas conservando, no entretanto, não só as estruturas de nação organizada, adequadas em harmonia com as circunstâncias contemporâneas, mas também a flor mística da cavalaria, que envolve a base espiritualista e a fôrça espiritualista, sem as quais não há vitória provável.

Desta forma, e não de outra, teremos:

Portugal, vasto Império!

Como o leitor acaba de ver, o nosso correspondente preferiu tratar do problema a fundo, examinando-o de alto (não há contradição entre estas duas maneiras de dizer), a responder, ponto por ponto, às perguntas do

nosso questionário. Porquê? Numa carta particular, posterior à data em que a resposta acima transcrita foi feita, o Sr. Paiva Couceiro explica-nos as razões que o levaram a proceder assim:

«... De facto, não respondi concretamente a cada pergunta do questionário. E preferi, antes, ir à questão de fundo. Nunca haverá império, e irá desaparecendo êste mesmo que possuímos ainda — se na Nação portuguesa não existir «espírito de império», e instituições capazes de fazer valer êsse espírito. Não é sem significado profundo que os *Lusíadas*, nas suas referências à expansão ultramarina, ligam o império com a fé. Tal é o motivo por que respondi em conjunto...».

Pôsto isto, procuremos adaptar a resposta genérica do Sr. Paiva Couceiro às perguntas concretas que lhe fizemos; isto é, procuremos até que ponto o nosso ilustre correspondente concorda connosco, não só quanto à existência de um vasto império português, como quanto às razões que devem ter todos os portugueses para desejar que êsse império se consolide dentro das suas actuais bases territoriais, reconquistando para Portugal o prestígio que alcançámos durante a Renascença, com os nossos descobrimentos.

«Qualquer português responderá a todos os pontos do questionário a tal respeito (*Portugal, vasto Império*) com um *sim* resolutivo e convicto», diz-nos o ilustre militar. Quere dizer: o Sr. Paiva Couceiro entende, como nós, que Portugal guarda em si a vitalidade necessária para ocupar na nova Renascença, como ocupou na Renascença passada, o lugar de uma grande potência: «é certo que nas camadas profundas do povo português existe ainda o potencial das fortes virtudes que criaram, em tempos idos, o brilho da sua história»; entende, como nós, que, sendo Portugal a terceira potência colonial, tem todos os direitos a ser considerado uma grande potência europeia; entende, como nós, que, amputado das suas colónias, Portugal perderia a sua razão de ser como povo independente no concôrto europeu; e, como nós, entende igualmente o Sr. Paiva Couceiro que é possível levantar o moral da Nação por uma intensa propaganda, de forma a criar-se uma mentalidade colectiva capaz de impor aos políticos uma política de grandeza nacional.

O nosso acôrdo é, pois, completo. Entendeu o nosso ilustre correspondente, porém, «que, para a ressurreição dêsse passado ilustre, adaptado embora às possibilidades do presente, se torna necessário que ressuscite, primeiro, o espírito que dê vitalidade e movimento, no bom sentido, às excelências do atavismo popular, desvirtuadas agora, no sentido da decadência, pelo influxo nocivo dos sistemas políticos que modernamente nos têm governado». E aqui, ainda, o nosso acôrdo completo é.

O caso talvez pareça estranho ao Sr. Paiva Couceiro, que possivelmente nos lê hoje pela primeira vez; mas é assim. . .

Crê o Sr. Paiva Couceiro que a expressão «Idade-Média» está empregada no primeiro quesito do nosso questionário apenas pela circunstância de ser o antecedente cronológico da Renascença, e não se engana. Cronologicamente, a Idade-Média precedeu a Renascença, e foi na Renascença que o nome português alcançou fama universal. Nunca pensamos, porém, em atribuir à Renascença todo o mérito dos nossos descobrimentos e das nossas conquistas. Não há geração espontânea, nem em biologia, nem em sociologia: todos os efeitos têm as suas causas, mediatas ou imediatas, e êsses efeitos transformam-se, por seu turno, em causas de outros efeitos posteriores: ¿quem poderá contestar, portanto, que a mola viva dessa epopeia de glórias tenha sido forjada no período da Idade-Média?

Não tem albergue, felizmente, no nosso cérebro, o preconceito, meio imbecil, meio maçónico, de que a Idade-Média foi uma idade de trevas, por oposição à Renascença, que foi uma idade de luz. Em certo sentido, mesmo, a Renascença foi-nos prejudicial. . . Mas se a Renascença inoculou em Portugal o gérmen de muitas doenças, se com ela entraram em Portugal os primeiros princípios desnacionalizadores, se com ela se torceu a linha do nosso equilíbrio orgânico, não é menos certo que foi com a Renascença que Portugal, alargando o âmbito da «pequena casa lusitana», se transformou num império mundial; império tam vasto, que as migalhas que dêle nos restam são ainda suficientes para nos darem o lugar da terceira potência colonial e, por consequência, para fazerem de nós uma grande potência. Sem darmos a estas expressões um rigor científico, podemos dizer que o nosso equilíbrio na Idade-Média era um equilíbrio *estático*, que a Renascença substituiu por um novo equilíbrio, por um equilíbrio *dinâmico*.

«A era chamada moderna — escreve o nosso ilustre correspondente — significa o humanismo e o individualismo, cuja filosofia fez do homem eixo soberano da vida. De onde nasceu a ética de auto-perfectibilidade sem sanções nem estímulos super-humanos. E na evolução de tais conceitos — evolução lenta, pois que a Renascença não se afastou desde logo do idealismo cristão da Idade-Média — foi o mundo conduzido, a pouco e pouco, ao materialismo, ao culto do bezerro de ouro, ao sistema económico que faz, do trabalho humano, mercadoria de oferta e procura, e, finalmente, à luta de classes — consequência de tudo isto. E dentro dos laços desta engrenagem fatal, a civilização e a cultura da Renascença — tendo atingido o seu apogeu nas alturas da grande guerra — correm agora o risco de sucumbir — como sucumbiu a civilização de Roma —

diante de uma nova invasão de bárbaros, que lhe prepara a Rússia dos Soviets». ¿Que há a responder a isto? Nada. Por outras palavras, mais desenvolvidamente num lado, por uma forma mais concentrada noutra, temos nós dito várias vezes a mesma cousa. Não queremos com isto, evidentemente, atribuir-nos uma prioridade sôbre o Sr. Paiva Couceiro que de maneira alguma poderíamos ter, porquanto o nosso correspondente deve possuir, pelo menos, o dôbro da nossa idade; queremos apenas salientar que não sòmente estamos de acôrdo com as palavras que acabamos de transcrever, como também que êsse acôrdo vem já de longe, de há dez ou doze anos, pelo menos.

Seja, porém, qual fôr a nossa opinião sôbre os princípios que presidiram à Renascença, sôbre a sua ética e sôbre a sua política, o que nos interessa fundamentalmente aqui, e o que nos deve unir num só pensamento e numa só acção, é que da Renascença herdámos um imenso património ultramarino, e que êsse património deve ser, não só conservado, como consolidado e desenvolvido dentro dos seus actuais limites. É dentro do equilíbrio dinâmico que a Renascença nos legou que nós temos de viver hoje. A Idade-Média lançou os fundamentos da economia interna da nacionalidade; a Renascença lançou os fundamentos da sua economia externa. E hoje, pela fôrça das circunstâncias, se voluntária ou involuntariamente perdermos o que nos resta dessa economia externa, numa palavra, se perdermos os nossos domínios ultramarinos, nem sequer poderemos voltar a ser o que fomos durante a Idade-Média: nessa altura éramos uma nacionalidade que se formava; se amanhã perdêssemos os domínios ultramarinos, poderíamos entoar o *De profundis* da nacionalidade, porque o romance da nossa decadência, inventado por quem nisso tinha interêsse, seria uma realidade consumada.

Contém a segunda parte do depoimento do Sr. Paiva Couceiro as linhas gerais de um pensamento político que é também o nosso. Não são *les beaux esprits qui se rencontrent toujours*. . . São as lições da experiência, é a evolução dos tempos, que nos ensinam que há defeitos a corrigir, caminhos novos a traçar. Ainda há poucos dias, João Ameal nos fazia notar a coincidência curiosa de estarmos ambos escrevendo, em lugares diferentes, cousas semelhantes sôbre os mesmos assuntos, tirando as mesmas conclusões dos mesmos factos, sem sabermos um do outro, sem nos lermos um ao outro, longe um do outro. Porquê? Porque somos ambos do nosso tempo, porque o nosso espírito se formou sob o mesmo sol intelectual. O Sr. Paiva Couceiro, mais velho, vindo de mais longe, atravessando outros tempos, chegou às mesmas conclusões: o que prova que o seu espírito é tam vivo como a sua intelligência, que soube atirar

para longe os preconceitos democrático-liberais em voga na época dos seus vinte anos. ¡Honra lhe seja feita por isso!

A consolidação do império português só poderá conseguir-se desde que entre nós se crie uma mentalidade imperial, por um lado, e, por outro, se restaure a estrutura orgânica da Nação, esboçada com a Idade-Média, modificada na sua directriz pela Renascença, esfrangalhada posteriormente pela democracia, síntese do que na Renascença houve de pior: individualismo, materialismo, utilitarismo. Voltar à Idade-Média, dirão os ignorantes. Não. Voltar simplesmente ao bom caminho. Restaurar Portugal nos seus alicerces, reforçando êsses alicerces com tudo quanto os tempos novos nos têm trazido de bom, e pondo sistemáticamente de parte tudo quanto êles nos têm oferecido de mau. E quando Portugal tiver restaurado a sua economia, consolidado o seu império, a Europa terá de contar com o seu valor político; e a sua existência, deixando de ser *quantité négligeable*, pesará na balança da Europa.

XII

João de Azevedo Coutinho

As circunstâncias quiseram que ao nome do Sr. brigadeiro João de Almeida se seguisse aqui o nome do Sr. Paiva Couceiro; as mesmas circunstâncias determinam que ao nome do Sr. Paiva Couceiro se siga o nome do Sr. Conselheiro João de Azevedo Coutinho. João de Almeida, Paiva Couceiro, Azevedo Coutinho: dois soldados, um marinheiro, três nomes gloriosos, três portugueses que souberam conquistar, nos campos de África, ao mesmo tempo que o seu prestígio de militares, o reconhecimento da Nação. As pugnas da política partidária podem por vezes fazer esquecer o que a política nacional ficou devendo a êsses três homens; mas, no momento em que essas pugnas arrefecem (embora não cheguem a morrer de todo), porque deixou de existir a causa que as acendia ao rubro — os partidos políticos —; no momento em que as preocupações de política nacional fazem esquecer as misérias da política partidária, os nomes dêstes três portugueses destacam-se com todo o relevo no céu dos nossos destinos e dão-nos, com a certeza do que Portugal foi com êles, a esperança do que Portugal virá a ser com os seus continuadores.

Não temos que fazer aqui o elogio do Sr. Conselheiro João de Azevedo Coutinho: o seu prestígio de soldado das plagas africanas, o seu brio de militar, o seu veemente patriotismo, não estão esquecidos para aqueles que alguma vez se preocuparam com as cousas de África, e prezaram a dignidade do nosso Império ultramarino; como não se apagou ainda na armada a lembrança do marinheiro que foi o nosso correspondente de hoje. Êsse elogio está feito de há muito; e a carta que o leitor vai ler é uma prova mais dêsse patriotismo, sendo ao mesmo tempo uma alta

lição de civismo. Como Paiva Couceiro, Azevedo Coutinho não respondeu ponto por ponto aos quesitos do nosso questionário: o primeiro enviou-nos um artigo, o segundo uma carta. Antes, pois, de publicarmos a carta do Sr. Conselheiro Azevedo Coutinho, publiquemos de novo as perguntas do nosso questionário, para que mais facilmente o leitor possa conjugar com elas o texto da resposta que nos foi enviada pelo Sr. Conselheiro João de Azevedo Coutinho:

- I—*¿Sim ou não Portugal, potência de primeira grandeza na Renascença, guarda em si a vitalidade necessária para manter no futuro, na nova Renascença que há-de seguir-se à Idade-Média que atravessamos, o lugar de uma grande potência?*
- II—*¿Sim ou não Portugal, sendo a terceira potência colonial, tem todos os direitos a ser considerado uma grande potência europeia?*
- III—*¿Sim ou não Portugal, amputado das suas colónias, perderia toda a razão de ser como povo independente no concôrto europeu?*
- IV—*¿Sim ou não o moral da Nação pode ser levantado por uma intensa propaganda, pelo jornal, pela revista e pelo livro, de forma a criar uma mentalidade colectiva capaz de impor aos políticos uma política de grandeza nacional?*
¿Na hipótese afirmativa, qual o caminho a seguir?

Estas as perguntas que nós formulámos; eis agora a resposta que o Sr. Conselheiro João de Azevedo Coutinho houve por bem enviar-nos:

Sr. Augusto da Costa. — Recebi a sua cativante carta, que me penhora muito, porquanto nela quis V. aludir a alguns serviços que, já tam distantes, me foi possível prestar ao País e porque, invocando êsses trabalhos, creio que desconhecidos quasi das gerações novas, quere V. ouvir o meu pensamento de veterano colonial, hoje certamente antiquado mas nem por isso menos patriota, sôbre assuntos de grande monta para os destinos nacionais.

As minhas absorventes occupaões, fatigantes já na minha idade, não permitem que me alongue, como desejaria, procurando responder aos quesitos que V. me propõe. No entanto, tentarei corresponder à sua gentileza, dizendo em poucas palavras o que posso e se me oferece sôbre o seu interessantíssimo questionário. E devo declarar que se, por acaso, da minha breve resposta se deduzir, por qualquer proposição, que esta seja aparentemente derrotista, assim não é. Ela apenas deve ser tomada como minha inabalável convicção de que em assuntos desta magnitude, como em tudo, de resto, se deve falar sempre sem *ambages*, não acalentando illusões utópicas, que,

a meu ver, são incompatíveis com o verdadeiro patriotismo, e que são perigosas, porque trazem os espíritos desviados do que sejam as verdadeiras soluções nacionais.

As questões coloniais estão hoje, mais do que nunca, na ordem do dia, e constituem campo fértil para o estudo das *élites* nacionais. ¿Possuirão essas *élites* o potencial de fôrça e de persuasão preciso para fazer irradiar, do seu núcleo relativamente restrito até à periferia das massas, quer entusiastas e patriotas, quer indiferentes, mas geralmente pouco educadas, por vezes desorientadas e exaltadamente megalómanas, a noção clara das responsabilidades que derivam do nosso passado glorioso, dos perigos que pesam sôbre o nosso presente singularmente difícil e das exigências de um futuro que temos o dever de tornar tam seguro como grande? Não há que contestar que o actual Ministro das Colónias, novo, sabedor e patriota, e um activo grupo de coloniais entusiastas, anelando por bem servir, estão trabalhando na obtenção das fórmulas adequadas para a consecução eficaz, rigorosa, da nossa missão civilizadora como país precursor das correntes colonizadoras do mundo. Que os seus esforços sejam coroados do mais completo êxito, ardentemente o desejamos.

Eduquemos, contudo, primeiro a Nação pela aplicação do puro espírito nacionalista para podermos criar, educar e orientar o Império Português. . .

Como de resto sucede a toda a gente, eu não sei o que o futuro nos reserva. Não sei que formas as novas correntes de doutrinas sociais imprimirão à plasticidade do mundo de amanhã. Tenho cega confiança, contudo, que através de todas as vicissitudes as rijas fibras da alma da Nação hão-de reagir e hão-de retemperar-se e serão dignas do que impõem a tradição nacional, um passado inigualavelmente grande e sobretudo a imperativa exigência de uma estreita ligação e entendimento com os vastos estados constituintes do nosso império do ultramar, aglutinando e desenvolvendo êsses estados como prolongamento natural da Pátria-Mãe e determinando assim a criação de um dominador espírito imperial português.

Contamos em nós mesmos, decerto, os recursos de ordem moral e intelectual indispensáveis para a consecução dêsse mesmo destino. ¿Conseguiremos por igual dispor dos recursos materiais correspondentes e necessários? É forçoso encontrá-los. . .

Só assim nos poderemos julgar uma grande potência. Grande, certamente, pela realização de um alto e nobre objectivo que, servindo o País, servirá o mundo e a civilização — a elevação dos portugueses de além-mar até à craveira dos povos civilizados e cultos, tornando-os cônscios dos seus deveres e dos seus direitos de homens e de súbditos do grande Império Português. Grande, quando todos os portugueses, os da Europa e os dos estados de além-mar, constituam um todo político perfeitamente harmónico em aspirações e patriotismo e por isso indestrutível. ¿Haverá, contudo, que educar, para que se realize a obtenção dessa unidade política superiormente grande, *exclusivamente* os portugueses das colónias?

É evidente que não. A obra nacional, inadiável, tem de preceder a obra imperial.

Afigura-se-me axiomático que nos não basta a grande extensão territorial do Portugal *extra europeu* para que nos seja reconhecida a qualidade de grande potência europeia. A outros requisitos de primacial importância

deveremos satisfazer para que nos seja assegurada essa qualidade e o seu reconhecimento.

Será isso possível um dia? A obra nacional o dirá. . .

Não pode haver dúvidas de que a perda para a Pátria-Mãe, do Portugal de além-mar, sejam quais forem as deficiências que ainda se apontem na sua administração e no seu aproveitamento, representaria o golpe de morte na nacionalidade.

São as colónias a nossa razão de ser, como nação, mais clara e tangível. As glórias do nosso grande passado, indiscutivelmente, constituem a justificação mais forte e lídima do nosso orgulho nacional, o incitamento mais poderoso para persistirmos no esforço construtivo, sôbre-humano, por vezes, que realizamos para manter o nosso Império Colonial no caminho de progressivo e incontestável desenvolvimento que êle vai percorrendo.

Como o ilustre Paiva Couceiro, veterano dos sertões africanos, êle de Angola, eu de Moçambique (1888-1890), tendo tido a fortuna de servir em África às ordens de vultos eminentes como Enes, Castilho, Serpa Pinto, António Maria Cardoso, Joaquim Machado, Neves Ferreira e sobretudo do extraordinário Mousinho, havendo acamaradado com coloniais da envergadura de Caldas Xavier, Eduardo Costa, Aires de Ornelas, Vieira da Rocha, Gomes da Costa, Garcia Rosado, Freire de Andrade, João Gaivão, Pereira de Eça e outros, tendo tido a honra de ver sob minhas ordens administradores e soldados do quilate de Aires de Ornelas, Alfredo Baptista Coelho, Ernesto de Vilhena, Tomaz Garrett, João Belo, Portugal Durão, Massano de Amorim, Lisboa de Lima, João Robi, Lopes Galvão, Andrade Velez, Adriano da Costa Macedo, Domingos e Luiz Patacho, Delfim Monteiro, Lopo Vaz, e outros e outros, de não menos valor, não posso, considerando o que foram, ou são, essas competências, lembrando o seu acrisolado patriotismo, ou a sua coragem, deixar de constatar — que as virtudes características dos homens das gerações de ontem se perpetuam nos homens das gerações de hoje. . .

A obra que os antigos, os precursores, delinearam e construíram consolida-se actualmente pelo engenho e pela firme vontade dos novos. Poderá o caminho ainda estar semeado de abrolhos e de obstáculos, mas foi laboriosamente desbravado pelo esforço dos velhos pioneiros. Ora se os homens que aponteí tanto fizeram, os de agora, cientificamente mais bem apetrechados, estimulados pelo exemplo e renome dêsses e de outros admiráveis condutores de homens, orientados por um alto espírito nacionalista, guiados pelo saber e pelo anseio de servir dos seus chefes, como bons portugueses, hão-de saber evitar ou impedir resolutamente, sem desfalecimento, em qualquer emergência, sejam quais forem os sacrifícios, e desmembramento do Portugal de aquém e de além-mar, do *Império*. E assim há-de ser, porque *todos o queremos*.

A propaganda levada a efeito pelos processos de publicidade, jornal e livro, constituirá o mais proficuo instrumento de acção construtiva e contribuirá, decerto poderosamente, para que se crie uma mentalidade *colectiva nacional* no que respeita a colónias ao *menos*.

O discurso memorável proferido pelo Dr. Armindo Monteiro por ocasião do encerramento da semana das colónias na Sociedade de Geografia encerra programa eloqüentemente exposto e adequado para a resolução dos pro-

blemas do Portugal de além-mar e, por isso, deve êle contribuir para criar uma mentalidade colectiva capaz de impor à Nação, a todos os portugueses, uma política de grandeza nacional.

Releve-me V. a demora na resposta e creia-me, etc.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 1932. — João de Azevedo Coutinho.

O depoimento que o leitor acaba de ver passar sob os olhos constitue para nós um magnífico tónico, pelo optimismo que ressuma. O primeiro cuidado do nosso illustre correspondente foi afastar do seu depoimento tudo quanto pudesse, mesmo na aparência, significar derrotismo; num país onde os novos são, em regra, os primeiros descrentes na missão histórica de Portugal, ¿ não é singular que seja um veterano colonial, com uma larga fôlha de serviços ao País, quem nos vem afirmar a sua fé inabalável nos destinos de Portugal? Quando tantos novos, seduzidos uns pela quimera do individualismo destruidor, outros pela quimera do imperialismo bolchevista, esquecem os sagrados interesses da Pátria, ¿ não é singular que seja um antigo marinheiro da gloriosa armada portuguesa, um valente soldado das plagas africanas, velho de idade mas novo de espírito, quem nos vem dizer que *assim há-de ser, porque todos o queremos?* Não é necessário acalentar «ilusões utópicas», «incompatíveis com o verdadeiro patriotismo e perigosas porque trazem os espíritos desviados do que sejam as verdadeiras soluções nacionais», para se acreditar na existência do Império Português e para, acreditando na sua existência, desejar ardentemente, não só a sua manutenção, como a sua consolidação e o seu desenvolvimento. Basta para isso que se seja realista, e que se seja português. Ser só realista, mas não ser português, isto é, não ser patriota, não basta; como não basta ser apenas português: é preciso que um português o seja integralmente, que aceite a herança completa do seu passado e se prepare, intelectual, moral e físicamente, para desenvolver no futuro as largas perspectivas que êsse passado lhe oferece.

¿ Sim ou não Portugal, que foi uma potência de primeira grandeza na Renascença, poderá voltar a desempenhar no futuro um papel idêntico ao que desempenhou no passado? Tal é, por outras palavras, a primeira pergunta do nosso questionário. ¿ Que nos responde o illustre marinheiro e glorioso soldado João de Azevedo Coutinho? *Contamos em nós mesmos, decerto, os recursos de ordem moral e intelectual indispensáveis para a consecução dêsse magnífico destino. ¿ Conseguiremos por igual dispor dos recursos materiais correspondentes e necessários? É forçoso encontrá-los. . . Assim nos responde o Sr. Conselheiro João de Azevedo Coutinho. É forçoso encontrá-los. ¿ Não falámos nós, na abertura destas linhas, numa lição de civismo? ¿ Não nos referimos, depois, ao magnífico optimismo que todo êste depoimento ressuma? A prova aí fica. Em vez de*

se entregar à contemplação do passado como um esteta contempla o próprio umbigo, vendo nêle o centro do universo, em vez de se limitar à recordação estéril das glórias passadas, vendo no presente todos os estigmas de uma nação decadente e degenerada, confundindo Portugal com uma grande parte da sua nobreza, que depois de se ter batido na guerra passou a bater o fado nas alfurjas, como o fazem certos tradicionalistas de vocação errada; em vez de encontrar no passado apenas um motivo de beleza, o Sr. Conselheiro João de Azevedo Coutinho, evocando o nome e a obra de tantos dos seus chefes e companheiros em África, uns já mortos, outros ainda felizmente vivos, afirma que «a obra que os antigos, os precursores, delinearam e construíram consolida-se actualmente pelo engenho e pela firme vontade dos novos».

Ora, consolidar em África, em todo o nosso vastíssimo território ultramarino, a obra dos precursores — entre os quais figura, por direito de conquista, o nosso ilustre correspondente — é dar, na ordem material, o primeiro passo para a conservação do Império Português, ponto de partida para obra de maior vulto e condição indispensável para a manutenção da nossa independência política.

Qual seja essa obra de maior vulto que Portugal tem a cumprir, di-lo lapidariamente o Sr. Conselheiro João de Azevedo Coutinho em poucas palavras: *a elevação dos portugueses de além-mar até à craveira dos povos civilizados e cultos, tornando-os cônscios dos seus deveres e dos seus direitos de homens e de súbditos do grande Império Português. Grande, quando todos os portugueses, os da Europa e os dos estados de além-mar, constituam um todo político perfeitamente harmónico em aspirações e patriotismo e por isso indestrutível.* Que, perdendo as colónias, Portugal perderia ao mesmo tempo toda a razão de ser como povo independente no concêrto europeu (e é êste, precisamente, o objecto da terceira pergunta do nosso questionário), di-lo igualmente o Sr. Conselheiro João de Azevedo Coutinho, por uma forma clara e terminante, quando afirma que *são as colónias a nossa razão de ser, como nação, mais clara e tangível. As glórias do nosso grande passado, indiscutivelmente, constituem a justificação mais forte e lídima do nosso orgulho nacional, o incitamento mais poderoso para persistirmos no esforço construtivo, sôbre-humano, por vezes, que realizamos para manter o nosso Império Colonial no caminho do progresso e incontestável desenvolvimento que êle vai percorrendo.* Aqui, pois, uma vez ainda o nosso interêsse particular coincide com o próprio interêsse da civilização europeia. Portugal nunca foi um comerciante ambicioso, levado aos descobrimentos e às conquistas pelo desejo, legítimo ou ilegítimo, de arranjar mercados para os seus produtos.

Portugal foi sobretudo um apóstolo, apostólica é a sua vocação: no espírito do Infante de Sagres, a idea do Império era inseparável da fé: dilatar as fronteiras de um era dilatar as fronteiras da outra. Com o decorrer dos tempos, naturalmente, à epopeia político-religiosa dos descobrimentos misturou-se o elemento político-comercial. No entanto, não foi nunca êste último elemento o elemento dominante do imperialismo português: ao contrário de outros povos mais modernos, para quem civilizar é vender mercadorias, para nós vender mercadorias veio sempre depois de civilizar. E a prova está em que, se fracassámos como comerciantes, não falhámos como civilizadores; o exemplo do Brasil aí está, bem vivo, a demonstrá-lo, e igual demonstração será feita amanhã, à medida que cada uma das nossas províncias ultramarinas se fôr tornando digna de ser considerada uma nação moderna, filha do sangue português. Se há nações imperiais que nos possam dar lições em matéria de comércio, se com elas podemos aprender a melhor maneira de commerciar, a todas, pelo contrário, podemos nós ensinar a melhor maneira de elevar os selvagens à dignidade de homens, e de converter colónias em nações.

Entende o nosso ilustre correspondente que «nos não basta a grande extensão territorial de Portugal *extra-europeu* para que nos seja reconhecida a qualidade de grande *potência europeia*. A outros requisitos de primacial importância deveremos satisfazer para que nos seja assegurada essa qualidade e o seu reconhecimento. «¿Será isso possível um dia? A obra nacional o dirá. . .». De acôrdo. «A obra nacional, inadiável, tem de preceder a obra imperial»: são as próprias palavras do nosso correspondente, que perfilhamos em absoluto. Há uma obra nacional a fazer, uma obra inadiável, e cujo carácter imperativo deriva da própria existência de um vasto Império Português. Foi o reconhecimento, precisamente, do carácter imperativo dessa obra, que nos levou a perguntar no último quesito do nosso questionário: *¿sim ou não o moral da Nação poderá ser levantado por uma intensa propaganda pelo jornal, pela revista, pelo livro, de forma a criar uma mentalidade colectiva capaz de impor aos políticos uma política de grandeza nacional?*

A esta pergunta o nosso correspondente responde: *sim*. É possível, de facto, fazer-se uma propaganda intensa, pelo jornal, pela revista e pelo livro, propaganda que «constituirá o mais profícuo instrumento de acção construtiva e contribuirá, decerto poderosamente, para que se crie uma mentalidade *colectiva nacional*, no que respeita a colónias ao menos». E o Sr. Conselheiro Azevedo Coutinho cita, neste passo do seu depoimento, o memorável discurso do Sr. Dr. Armindo Monteiro na Sociedade de Geografia, por ocasião do encerramento da semana das colónias, como contendo em si um programa adequado para a resolução dos problemas

do Portugal de além-mar, e entende que êsse discurso deve «contribuir para criar uma mentalidade colectiva capaz de impor à Nação, a todos os portugueses, uma política de grandeza nacional». Mas o discurso do Sr. Ministro das Colónias, se é muito, não é ainda bastante. Serão sempre poucos todos os elogios que se façam à obra de restauração financeira das colónias, iniciada pelo Sr. Dr. Armindo Monteiro, e à criação do bloco económico metrópole-colónias, sob o impulso dos dois Ministros — Finanças e Colónias — que, sendo os mais novos do Govêrno, são ao mesmo tempo os que mais responsabilidades têm sôbre os seus ombros, aqueles a cuja obra está mais vinculado o futuro do Império Português.

Dois Ministros, porém, por si sós, não poderão nunca transformar a mentalidade derrotista de uma nação numa mentalidade vitoriosa; não poderão criar uma mentalidade colectiva onde por vezes nem sombra de mentalidade individual existe. Essa tarefa pertence a todos os que dispõem de uma pena, essa missão cabe à imprensa, e deveria pertencer fundamentalmente a um instituto como é a Academia das Ciências, se um tal instituto não tivesse sido últimamente reduzido à condição de simples cenáculo literário, onde meia dúzia de amigos se reúnem para escutar as produções literárias uns dos outros. . .

¿Quem conseguirá arranjar os recursos materiais necessários para a criação de um órgão, de uma revista, de um panfleto ou de um jornal, que leve à opinião pública desorientada por mil e uma opiniões individuais o conhecimento do interêsse nacional? ¿De um órgão que seja, junto da opinião pública, entre tantos representantes de interêsses mesquinhos, o representante do interêsse do Império Português? ¿De um órgão que tenha como função essencial acordar a opinião pública e criar, a pouco e pouco, a consciência colectiva que nos falta? ¿De um órgão que à concepção mesquinha de *Portugal, país pequeno*, oponha a concepção, mais larga e mais real, de *Portugal, vasto Império*? ¿Quem conseguirá realizar uma obra de tal envergadura? Não sabemos. Sabemos apenas que não será, com certeza, o autor destas linhas, escrevendo um pobre artigo por semana nas colunas do *Jornal do Comércio e das Colónias*. No entanto, é preciso que essa obra se faça.

XIII

Dr. Hipólito Raposo

O Sr. Dr. Hipólito Raposo é, simultâneamente, um escritor conhecido e um escritor ignorado: escritor conhecido do público letrado, que lê, e compreende, e aprecia o que lê, e desconhecido do grande público que, além dos «consagrados» da Academia, não conhece outros autores, nem lê outras obras que não sejam os folhetins dos grandes jornais. Além do que, o Sr. Dr. Hipólito Raposo não é um escritor abundante; a sua obra vale bastante pela qualidade, muito pouco pela quantidade. Através de toda ela, porém, das páginas fortemente evocadoras do *Outro Mundo* até às páginas da *Ana A. Kalunga*, desde *O Berço* até ao *Sentido do Humanismo*, passando pelo *Livro de Horas*, pela *Seara Nova*, pela *Boa Gente* e pelos *Dois Nacionalismos*, seja qual fôr a natureza do seu trabalho, sejam quais forem as preferências momentâneas do seu espírito, o Sr. Dr. Hipólito Raposo é sempre o mesmo prosador, o mesmo artista da linguagem portuguesa, na qual transparece a forte cultura clássica do seu autor.

Se como escritor o nosso correspondente de hoje é, pois, um dos pouquíssimos para quem a boa linguagem portuguesa não se converteu ainda numa algarviada de francesismos, como ensaísta político tem igualmente o seu lugar marcado entre os homens da sua geração, os homens que fundaram um dia em Coimbra uma revista que se chama *Nação Portuguesa*, através da qual lançaram no País a semente que, sob o nome de *Integralismo lusitano*, havia de produzir mais tarde esta magnífica floração de espírito nacionalista a que hoje estamos assistindo em Portugal. Pela sua posição dentro das letras portuguesas, como pela sua posição dentro do mais activo dos sectores intellectuais da vida nacional, era nosso dever escutar a opinião do Sr. Dr. Hipólito Raposo num inquérito profundamente nacional como é êste.

Preguntámos nós:

I—¿Sim ou não Portugal, potência de primeira grandeza na Renascença, guarda em si a vitalidade necessária para manter no futuro, na nova Renascença que há-de seguir-se à Idade-Média que atravessamos, o lugar de uma grande potência?

O Sr. Dr. Hipólito Raposo responde-nos:

Julgo que ainda são as mesmas as energias do povo português, constituindo a reserva de vitalidade que transformará a Nação de hoje em Portugal-grande potência de amanhã. Depende êsse desígnio dos condutores políticos que vier a ter e da sua capacidade em restabelecer a unidade moral da Pátria.

Estamos, pois, de acôrdo. Como são ainda as mesmas as energias do povo português, como elas constituem a reserva de vitalidade que transformará a Nação de hoje em Portugal-grande potência de amanhã — ¿que falta para que Portugal comece já hoje a converter-se na grande potência que amanhã há-de voltar a ser? Temos a matéria prima. Que nos falta? A mão de obra que a transforme. E aqui nos encontramos com os condutores políticos que Portugal vier a ter e com a sua capacidade em restabelecer a unidade moral da Pátria, condutores políticos de quem o nosso ilustre amigo e correspondente faz depender a desejada transformação de Portugal em grande potência.

Convém dizer neste passo que o questionário dêste inquérito foi elaborado antes do 28 de Maio de 1926, quando vivíamos, por consequência, em plena ditadura parlamentar e partidária; alguns dos nossos quesitos traduzem, mesmo, o que era o nosso estado de espírito em face da anarquia político-parlamentar em que nessa altura vivíamos. Ora, a partir de 28 de Maio de 1926, a situação de Portugal modificou-se bastante — e manifestamente para melhor. O Sr. Dr. Hipólito Raposo sabe isso também como nós próprios; escusado será, por consequência, estar aqui a dizer-lho. ¿Não é tudo quanto o nosso patriotismo desejaria ardentemente ver realizado? Não é. Mas supomos não errar, nem mesmo contrariar o pensamento do nosso ilustre correspondente, afirmando que, em duas pastas pelo menos, nas Finanças e nas Colónias, alguma coisa de positivo se tem feito no caminho da regeneração nacional e da consolidação do Império Português — alguma coisa se tem feito, portanto, para transformar a Nação de hoje em Portugal-grande potência de amanhã. E foi a Ditadura, pela supressão automática dos partidos políticos, que tornou

possível o início dessa obra de saneamento, de rejuvenescimento e de consolidação da nacionalidade. Não sabemos quem, no futuro, poderá vir a terminá-la; sabemos, porém, quem a iniciou.

Preguntámos nós:

II—*¿Sim ou não Portugal, sendo a terceira potência colonial, tem todos os direitos a ser considerado uma grande potência europeia?*

O Sr. Dr. Hipólito Raposo responde-nos:

«Os direitos a ser considerado (Portugal) uma grande potência europeia» impõem deveres e condições que o nosso presente económico e demográfico não comporta.

Aparentemente, existe uma contradição entre os termos da resposta ao primeiro e os termos da resposta ao segundo dos nossos quesitos. Na realidade, porém, tal contradição não existe. Se o nosso presente económico e demográfico não comporta em si as condições e os deveres que impõem a Portugal os seus direitos a ser considerado uma grande potência europeia, nada impede que êsse presente deficitário amanhã se converta num presente superavitário — ou que, pelo menos, nos dê a população e a economia que a situação de grande potência europeia exige. É aqui que o mérito dos políticos portugueses, dos governantes do País, tem de revelar-se; é esta, por assim dizer, a sua pedra de toque; e aqui podemos, portanto, dizer com o nosso illustre correspondente que «depende êsse desígnio dos condutores políticos que vier a ter (Portugal) e da sua capacidade em restabelecer a unidade moral da Pátria».

O nosso presente demográfico é pobre, manifestamente. Mas não é tam pobre que não possa dar todos os anos um avultado contingente emigratório, hoje para aqui, amanhã para ali, para a Espanha, para a França, para os Estados Unidos, para o Brasil, para toda a parte, emfim, menos para as províncias ultramarinas, onde tam necessária se torna uma transfusão de sangue português novo, para que nunca o sangue estrangeiro, na nossa própria terra, possa ter a supremacia sobre o sangue nacional. Além disso, nós habituámo-nos a raciocinar e a fazer cálculos sobre a população do continente e pensamos sempre nos pobres 6 milhões de habitantes da metrópole. Ora a população dos territórios portugueses espalhados pelas cinco partes do mundo, com Cabo Verde e a Guiné, S. Tomé e Angola, Moçambique e a Índia, Macau e Timor, não deve andar longe de 15 milhões de habitantes. É pouco? É. Mas aqui ainda os governantes têm a palavra, isto é, têm deveres a cumprir, pois que

a curva demográfica de um país traduz sempre a política geral desse país. Pondo de parte a questão de saber se os portugueses são por natureza prolíficos ou não, não será evidente que a população do País, se tem todas as razões para diminuir nos períodos de decadência económica, e quando a política dos governos é fundamentalmente anti-social, terá, pelo contrário, todas as razões para crescer nos períodos de prosperidade económica, quando a política dos governos é fundamentalmente uma política de protecção à família e ao seu legítimo corolário económico, a propriedade? Há, pois, uma política demográfica, política de protecção à família e à propriedade, tendente por um lado a aumentar o número de nascimentos e por outro a dar às famílias — células fundamentais da sociedade — os meios de subsistência necessários para que esses nascimentos se multipliquem. É certo que a nossa política tem sido uma política absolutamente oposta: o liberalismo político-económico, de 1834 para cá, não fez outra cousa que não fôsse destruir. Mas é evidente que os governantes, os políticos portugueses, terão de olhar a sério para o problema demográfico no dia em que, sobre as paixões que dividem, sobre os programas de seitas e sectores, estabelecerem o amor pelo Império Português como única paixão política a excitar, e o programa do Império Português como único programa político a espalhar e a propagar.

Que o nosso ilustre correspondente nos perdoe o ar, possivelmente *doutoral*, com que escrevemos estas cousas — cousas que, em grande parte, com o próprio Dr. Hipólito Raposo, nalguns anos de convivência pessoal e intelectual, aprendemos; mas é preciso notar-se que estamos escrevendo para o público, e que há muito que ensinar ao público, neste capítulo como em muitos outros.

O que deixamos dito em relação a uma política demográfica podemos e devemos repeti-lo em relação a uma política económica. Se estamos convencidos de que entrámos em plena decadência, de que a nossa grandeza passada não pode ressuscitar, vendamos as colónias a quem melhor no-las queira pagar, e com o seu produto construamos casinos e sanatórios, para passarmos a viver do clima, como a Suíça, e do jôgo, como Mónaco. Mas se, pelo contrário, estamos convencidos — é o caso do Sr. Hipólito Raposo, e o nosso também — de que «ainda são as mesmas as energias do povo português, constituindo a reserva de vitalidade que transformará a Nação de hoje em Portugal-grande potência de amanhã», temos de levar os governantes à elaboração de um programa económico *imperial*, de um programa que conjugue a economia metropolitana com a economia colonial, fazendo destas duas economias duas faces de um mesmo bloco, dois aspectos de uma só realidade.

Aqui ainda, não há negar que os primeiros passos foram já dados pelos Ministros das Finanças e das Colónias; quem dará os últimos, não o sabemos: mas estamos convencidos de que, *se nós quisermos*, isto é, se o País, representado pelos seus melhores valores intellectuais e sociais, o quiser, aos actuais Ministros das Finanças e das Colónias outros se seguirão capazes de levarem a bom têrmo o que os actuais titulares daquelas duas pastas em boa hora principiaram.

É lugar-comum entre nós dizer que Portugal é um país *essencialmente agrícola* e que, por consequência, entre nós a indústria nunca poderá passar do estado rudimentar. . . por falta de matérias primas. A isto respondia Oliveira Martins: *Será porém tam claramente provado que o facto da ausência de certas matérias primas entre nós crie em nosso desfavor uma causa mortis industrial? Não me parece. ¿Será o algodão indígena da Inglaterra? ¿Será acaso indígena da Inglaterra ou da Alemanha o ferro que ambas mandam buscar à Biscaia para dar fundido o Bessemer? ¿Serão indígenas das nações fabris da Europa as lãs que importam da Austrália e do Rio da Prata? ¿Será criado na Inglaterra o cauchu que vai para lá da África e do Brasil? ¿Seria finalmente indígena nas Ilhas Britânicas a cortiça que nós lhes mandávamos de cá, para no-la devolverem sob a forma de rôlhas?*

A fórmula «Portugal país essencialmente agrícola» não corresponde à realidade, ou corresponde-lhe tam pouco que Portugal, passando por essencialmente agrícola, não consegue bastar-se a si próprio em trigo. O Ministro da Agricultura, numa entrevista concedida na última segunda-feira ao *Diário da Manhã*, anuncia que êste ano o País vai dispensar a importação de trigo, pois produzirá o suficiente para o seu consumo. ¿Há quantos anos, porém, isto não acontecia?

Já por várias vezes aqui temos escrito, e vem a propósito repeti-lo, que o *essencialmente agrícola* foi inventado pelo livre-cambismo internacional, pelo qual os países manufactureiros conseguem inundar Portugal com os seus produtos, fazendo-nos crer, por todos os meios ao seu alcance, que nós estamos impossibilitados de produzir artigos iguais ou semelhantes. Ora a política económica do Império Português deverá opor a esta tese desastrosa a maior resistência possível, não só dificultando a entrada em Portugal de produtos estrangeiros que nós possamos produzir, como também — e sobretudo — desenvolvendo ao máximo o nosso potencial económico. Não nos esqueçamos de que, tanto no sub-solo da metrópole como no das províncias ultramarinas, existem numerosos jazigos de minério que só esperam os capitais que os hão-de explorar; que o solo da metrópole e o das províncias ultramarinas podem dar-nos numerosos produtos, uns para alimentação, outros para transformação, e que

para isso bastará que Portugal estabeleça o seu programa de economia imperial — e se disponha a executá-lo.

Que se não veja nestas palavras, da nossa parte, a preocupação de converter o País num potentado industrial como resultante da sua insuficiência agrícola. Se não temos o *parti-pris* da agricultura, muito menos podemos ter o da indústria. Essencialmente agrícola era a Rússia, e os bolchevistas, com o famoso plano quinquenal, estão a convertê-la num país essencialmente industrial. Mas os bolchevistas elaboraram o seu plano quinquenal, não com a mira de assegurar a independência económica da Rússia, o que seria louvável, mas sim com a idea preconcebida de arruïnarem a economia mundial. Viram, pois, grande de mais, construíram demasiado grande para a capacidade económica e humana da Rússia — e por isso o plano lá vai coxeando, alimentado financeiramente pelos países burgueses, que só têm a preocupação de fazer negócio e ganhar dinheiro, nem que seja com o próprio diabo em pessoa, e com o sacrifício de uma população de 160 milhões de homens, que a tirania russa mantém sob o chicote vigilante e enérgico para que produza o que o plano manda e receba como compensação aquilo que os seus tiranos lhe querem dar. Se fogem ao trabalho de escravos — Sibéria! Se tentam passar a fronteira — lá estão as metralhadoras do exército vermelho para lhes barrarem o caminho da liberdade!

Ora nós, se precisamos de elaborar um plano, é um plano de economia imperial, que nos liberte do pesado tributo em ouro que anualmente pagamos à economia estrangeira. Precisamos — se queremos ser uma grande potência europeia — de desenvolver ao máximo, converter em actos o nosso potencial económico: desenvolver a agricultura para que a terra nos alimente, desenvolver a indústria para que as matérias primas que possuímos sejam transformadas e manufacturadas por mãos portuguesas. Não queremos conquistar os mercados mundiais, para que atrás das nossas mercadorias vá a nossa ambição de hegemonia política. Precisamos apenas que Portugal se baste a si próprio, que a política económica imperial realize o que, na linguagem dos partidários de Hitler, se chama a *autarquia*. Não temos carvão, é verdade. . . Mas para que precisaremos nós de hulha negra no dia em que estejam aproveitadas todas as nossas quedas de água?

Se temos a legítima ambição de ser uma grande potência europeia, essa ambição impõe-nos, manifestamente, uma política económica, paralela a uma política demográfica, e cujas linhas gerais não podem deixar de ser estas:

A) *Auto-suficiência agrícola, pois que a agricultura é a primeira riqueza dos homens e das nações;*

B) *Desenvolvimento do nosso potencial industrial pelo aproveitamento de todas as matérias primas fornecidas pela metrópole e pelas províncias ultramarinas, para que o operário português deixe de ser sacrificado aos interesses do operário estrangeiro;*

C) *Fusão da economia metropolitana com a economia colonial, constituindo-se assim um bloco económico imperial correspondente e paralelo ao bloco político;*

D) *Importação de tudo aquilo de que careçamos, em troca da exportação de tudo quanto tenhamos em excesso.*

Preguntámos nós mais ao Sr. Dr. Hipólito Raposo:

III—*¿Sim ou não Portugal, amputado das suas colónias, perderia toda a razão de ser como povo independente no concôrto europeu?*

O Sr. Dr. Hipólito Raposo responde-nos:

Preferiria que semelhante pergunta não fôsse feita. Formulá-la é já uma atitude derrotista condenável. Tam sagrado deve ser o território do Algarve como o de Timor.

Evidentemente. Se há seis anos a esta parte nós combatemos nestas colunas — e noutras — por um *Portugal, vasto Império*, oposto a um *Portugal, país pequeno*, é claro que para nós tam sagrado é o território do Algarve como o de Timor. A Pátria Portuguesa não é limitada territorialmente pelas suas fronteiras metropolitanas; transcende-as, através dos mares, vai a toda a parte onde existe um pedaço de terra portuguesa, aos confins do mundo onde se exerce ainda uma parcela, por pequena que seja, da soberania nacional.

Pela mesma razão atrás indicada, nunca a pergunta constante do terceiro quesito, que o nosso illustre amigo e correspondente preferiria não ter encontrado no seu caminho, poderá traduzir da nossa parte uma atitude derrotista condenável. Derrotista, porquê? ¿Será porventura derrotista o homem que aconselha outro, num dia de chuva, a que não vá para a rua sem impermeável, porque pode molhar-se? A nossa intenção, longe de ser derrotista, é, pelo contrário, tudo quanto há de mais — como dizer? — construtivo, para não dizermos vitorioso. O que nós pretendemos, formulando aquela pergunta aos nossos correspondentes e, em seguida, comentando as respostas que nos são dadas, é levar os portugueses à convicção de que, perdendo os seus domínios ultramarinos, Portugal perderia a maior razão de ser da sua independência política no concôrto europeu, visto que é a existência dêsses domínios o que ainda hoje nos concede o direito de falar entre as grandes potências da Europa,

e ser por êles que nós estamos — felizmente! — longe dos destinos da «laboriosa e pacífica Suíça» (destinos que, com boa intenção, certamente, nos desejava o lusófilo Philéas Lebesgue no seu livro *La République Portugaise*), da Suíça que vive do clima por obra e graça das nações que dela se servem como Estado-tampão, ou os destinos do Principado de Mônaco, que vive do jôgo.

Assim o entenderam também, de resto, e para não falarmos noutros depoimentos anteriores, João de Almeida, Paiva Couceiro e João de Azevedo Coutinho, e dentro dêste critério formularam as suas respostas, recentemente aqui publicadas.

Para finalizar, preguntámos nós:

IV—¿Sim ou não o moral da Nação pode ser levantado por uma intensa propaganda, pelo jornal, pela revista e pelo livro, de forma a criar uma mentalidade colectiva capaz de impor aos políticos uma política de grandeza nacional?

¿Na hipótese afirmativa, qual o caminho a seguir?

Eis a resposta que o Sr. Dr. Hipólito Raposo dá a estas perguntas:

A política de grandeza nacional não deve ser imposta aos políticos. Pelo contrário: os políticos é que devem ter a consciência para a adoptar, a dignidade para a servir e a fôrça para a executar. Os políticos não devem ser conduzidos: devem conduzir o povo no caminho da paz e da prosperidade.

Por se ter feito o contrário nos chamados regimes de opinião (que por ser pública ninguém tem como própria...), o poder há sido o ponto extremo da ambição para as escaladas de aventureiros e demagogos, enquanto a autoridade se reduzia à caricatura hilariante do polícia com bigode em riste e chanfalho rombo.

Jornais, revistas que para aí se publicam, só vejo que alcancem um resultado certo: rebaixar a cultura. Se o problema do espírito viesse a entrar em solução verdadeira, haveria que mandar calar os mais ruídosos corneiteiros e destinar as salas das redacções para escolas onde se ensinasse a ler e a escrever em português.

Não creio na sinceridade de campanhas de imprensa, mas creio seguramente na moeda que as paga. Ora haveria uma operação vantajosa a fazer com êsses comerciantes da palavra impressa: pagar-lhes o silêncio, por conta e ordem do bem-comum.

Nestas palavras, o Sr. Dr. Hipólito Raposo revela uma facêta da sua personalidade que só podem conhecer bem as pessoas que com êle pessoalmente privam: a rizeza granítica do seu carácter. Beirão de nasença, beirão de temperamento, beirão de carácter, o Sr. Dr. Hipólito Raposo pertence àquela velha estirpe de portugueses que preferem quebrar a torcer. Desassombrado sempre nas suas opiniões, o Sr. Dr. Hipó-

lito Raposo é incapaz de mentir, de atraiçoar a sua consciência: pensando o que diz, diz igualmente aquilo que pensa, sem hesitações, seja para louvar, seja para condenar.

Não temos que nos defender aqui da dureza das acusações que o nosso ilustre correspondente faz à imprensa, nem pessoalmente, nem em nome dêste jornal; a carapuça não serve, nem ao *Jornal do Comércio e das Colónias*, que tem um nome limpo, uma tradição honrada, nem serve, partindo da pena do Sr. Dr. Hipólito Raposo, ao autor destas linhas, seu colaborador e seu subordinado durante alguns anos num jornal político. O Sr. Dr. Hipólito Raposo, escrevendo as linhas acima transcritas, não pensou, porém, em A ou B: visou uma instituição, não visou um jornal; pode ter visado uma classe, não visou uma pessoa. Que se defenda, pois, vindo à estacada, aquele a quem a carapuça possa servir.

Seja-nos no entanto permitido observar ao Sr. Dr. Hipólito Raposo que as suas afirmações não podem ser tomadas ao pé da letra, *strictu sensu*: o nosso ilustre amigo sabe tam bem como nós que da imprensa se pode dizer, de certo modo, o que se diz da filosofia: *se é preciso filosofar, é preciso filosofar; mas se não é preciso filosofar, ainda assim mesmo é necessário filosofar para provar que não é necessário filosofar*. O Sr. Dr. Hipólito Raposo é demasiado inteligente para desconhecer o valor que a imprensa tem como agente propagador de ideas, boas ou más, não importa para o caso. E sabe, tendo sido durante alguns anos jornalista efectivo, isto é, escrevendo todos os dias e dirigindo um jornal, que ao lado da má imprensa é preciso que exista a imprensa boa, que ao lado da imprensa corrupta, servindo quem a paga, é necessário que exista a imprensa honesta, honesta nos seus meios e honesta nos seus fins, e que, ao lado de jornalistas ignorantes, mal sabendo ler e mal sabendo escrever, é preciso que existam, para dignificação da classe e da instituição, jornalistas que saibam dizer em linguagem clara aquilo que claramente pensam.

Como o nosso ilustre correspondente, também nós, pessoalmente, temos o maior desprêzo pela opinião pública. Sendo a opinião pública a opinião que se publica, nada pior quando essa opinião é publicada por jornais ou revistas enfeudadas, economicamente, a potentados financeiros, pondo os interêsses dêsses potentados acima dos interêsses da Nação, e servidora, politicamente, de princípios de corrupção e dissolução social, anti-nacionais por cima de tudo. Mas essa opinião ficará rehabilitada se, em vez de ser fabricada por encomenda para servir interêsses particulares, anti-nacionais, fôr orientada por uma imprensa patriótica, uma imprensa que, acima de tudo e de todos, ponha a salvaguarda do interêsse nacional.

Que a *política de grandeza nacional* não deve ser imposta aos políticos. Pelo contrário: os políticos é que devem ter a consciência para a adoptar, a dignidade para a servir e a fôrça para a executar. Assim fala o Sr. Dr. Hipólito Raposo. E acrescenta: os políticos não devem ser conduzidos: devem conduzir o povo no caminho da paz e da prosperidade. Muito bem. Mas. . .

1.º Os políticos — falamos aqui no sentido elevado da palavra — nunca poderiam conduzir os povos no caminho da paz e da prosperidade se não tivessem a seu lado, a apoiá-los, uma corrente, maior ou menor, da chamada opinião pública. O próprio Mussolini serviu-se da imprensa para criar a opinião pública favorável à sua ascensão ao poder, e dela se serve ainda hoje, como agente de ligação entre a Itália que sente o que Mussolini pensa e quer, e Mussolini, que pensa o que a Itália quer. Isto é: por maior que seja a envergadura do político, do governante, por maior que seja o seu patriotismo e a sua independência, êste político nunca poderá dispensar o apoio de uma imprensa que fabrique ou recolha nas suas colunas a opinião geral em que êle há-de apoiar-se, de uma imprensa que transmita à nação o pensamento do seu chefe, ou que leve ao seu chefe as aspirações da nação. E, subsidiariamente,

2.º Quando o nosso questionário foi elaborado — já mais acima o dissemos — estavam no poder políticos que, preocupados exclusivamente com os interêsses das suas respectivas seitas e capelinhas, nem tinham a consciência para adoptar uma política de grandeza nacional, nem a dignidade para a servir, nem a fôrça para a executar. Em face de uma tal carência dos governantes, tornava-se pois necessário que os governados tomassem a palavra, agitassem o problema, e impusessem aos governantes uma política que, espontâneamente, êles seriam incapazes de adoptar. O papel impresso é uma fôrça poderosa na sociedade do nosso tempo: a questão está, simplesmente, em saber se ela serve o bem contra o mal ou o mal contra o bem.

XIV

Dr. Fidelino de Figueiredo

Historiador, ensaísta, trabalhador infatigável servido por uma vasta cultura, antigo director da Biblioteca Nacional de Lisboa, o Sr. Dr. Fidelino de Figueiredo tinha o seu lugar marcado dentro dêste inquérito, destinado aos intelectuais portugueses, àqueles que, pelas suas responsabilidades mentais, pela acção que exercem junto das camadas cultivadas, têm sôbre os seus ombros o encargo de formar os espíritos. Eis, pois, a resposta dada pelo Sr. Dr. Fidelino de Figueiredo em carta datada de 4 de Maio de 1932:

Regressando de Madrid, achei a sua carta de 29 do passado, com uma segunda via do seu questionário e a instância amável pela minha resposta. Respondo nesta mesma. Suponho que numa breve carta se pode conter o assunto de um grosso volume. Houve tempo em que a tranqüila correspondência epistolar evitava boa parte da excessiva produção livresca da vida moderna.

As suas perguntas são como convites a extrair as «minhas conclusões» das suas premissas. Ora estas nem sempre se ajustam com a minha visão da história portuguesa. ¿Permitir-me-á, por isso, uma maior amplitude nas respostas?

Para melhor compreensão do que vai ler-se repitamos, antes das conclusões do Sr. Dr. Fidelino de Figueiredo, as premissas que lhes deram origem, isto é, as perguntas do questionário.

I—¿Sim ou não Portugal, potência de primeira grandeza na Renascença, guarda em si a vitalidade necessária para manter no futuro, na nova Renascença que há-de seguir-se à Idade-Média que atravessamos, o lugar de uma grande potência?

Resposta do Sr. Dr. Fidelino de Figueiredo:

Portugal não foi uma «potência de primeira grandeza na Renascença»; foi um valor de primeira grandeza entre os factores da Renascença. Não há

nenhuma incompatibilidade entre as duas situações; a Itália, primeira potência espiritual, foi, politicamente, nesse século, «uma fraqueza de primeira grandeza». A glória de Portugal foi ter servido com primacial relêvo um dos rasgos do espírito renascentista: a curiosidade geográfica.

Concordo com a aproximação metafórica, feita no seu questionário, entre a velha idade média e a presente confusão barbarizadora dos valores criados pelo século XIX; e igualmente creio num próximo renascimento — lógico fruto da lei da adaptação da vida. ¿E a leitura da história? ¿Para que serve ela se não nos tirar o mêdo da própria história, ensinando-nos que tudo é mudança e adaptação?

De Portugal!

Se após tantos anos de revoluções e contra-revoluções, de misérias, exílios, cárceres e sofrimentos, alguns portugueses receberam e souberam interpretar as lições cruéis da experiência e organizaram um *idearium* novo e galvanizador; se há maneira de os federar em grupo ou geração nova e de os fazer acreditar pela opinião pública e lançá-los, legitimamente, à reconstrução — Portugal será um país vivo e estará apto a palmilhar novas sendas históricas.

Para o caso que nos interessa, tanto monta que Portugal tenha sido na Renascença uma «grande potência», como se diz no questionário, ou «um valor de primeira grandeza entre os factores da Renascença», como diz o meu correspondente, tanto mais que, segundo acrescenta o Sr. Fidelino de Figueiredo, «não há nenhuma incompatibilidade entre as duas situações». O que é evidente para ambos — para a pessoa que faz o inquérito e para aquela que lhe responde — é que Portugal ocupou durante a Renascença um lugar de primeira grandeza entre as nações civilizadas, e que a sua situação de hoje está bastante longe de ser a que foi nessa época distante. ¿Não será possível reintegrá-lo na linha histórica donde se afastou? ¿Não será possível reconstruir Portugal de forma a que êle seja um «país vivo» e esteja apto «a palmilhar novas sendas históricas»?

Creio que sim. «As lições cruéis da experiência» estão a ser interpretadas. Há hoje, em Portugal, um *idearium* nacionalista que, a pouco e pouco, se vai incorporando na estrutura jurídica do Estado, nos seus vários sectores. Não nos falta patriotismo nem energia: falta-nos apenas um princípio federador, uma idea-mãe à volta da qual todos os portugueses possam reunir-se para a ressurreição do Império Português. E essa idea, acima de todas as paixões políticas que perturbam os juízos mais esclarecidos, entendo que deve ser a idea de que Portugal é um vasto Império, a ela se subordinando lógica e necessariamente todas as outras ideas que em matéria política ou constitucional cada um possa ter.

Vejamos agora o segundo quesito do questionário a que o Sr. Dr. Fidelino de Figueiredo está respondendo:

II—*¿Sim ou não Portugal, sendo a terceira potência colonial, tem todos os direitos a ser considerado uma grande potência europeia?*

Eis a resposta:

Portugal não é, nem pelo volume económico, nem pela massa territorial ou populacional, a «terceira potência colonial»; é só uma importante potência colonial. Mas para ser «grande potência europeia» não lhe basta ser proprietário de vastos territórios coloniais; é necessário ser peça importante e imprescindível na colaboração económica e cultural do mundo. E isso não se consegue por decretos e por mentiras da diplomacia oficial; só se obtém pelo longo esforço de criação de uma cultura científica, literária, artística e filosófica, de uma técnica e de uma indústria, pelo prestígio de grandes nomes, pela autoridade de uma administração honrada, livre e progressiva; e, no nosso caso, pelo ascendente de povo criador de novas nacionalidades . . . se o quiser ser. Eu substituiria, no seu questionário, a frase «todos os direitos a ser considerado uma grande potência europeia» por estouta: «todos os deveres de se fazer considerar um povo laborioso, com um lugar de dignidade nas campanhas da cultura, da economia e da paz . . .».

É certo que nem pelo seu volume económico, nem pela sua massa de população, Portugal pode ser considerado como a terceira potência colonial. Certo é também que, se formos medir rigorosamente os quilómetros quadrados pertença de cada país colonial, e não atendermos a mais do que à precisão dos algarismos, igualmente não somos a terceira potência colonial: a Bélgica, segundo um atlas que tenho junto de mim, e sobre o qual não faço finca-pé, tem mais 10:000 quilómetros quadrados de colónias do que Portugal. Se o que conta é, pois, apenas o número total de quilómetros, a Bélgica deve ser a terceira potência colonial e Portugal a quarta. Estará certo assim? ¿Nada teremos a objectar a esta subalter-nização? ¿Teremos razão para ficar calados em face desta evidência numérica? Julgo que não, e digo porquê.

Primeiro ponto: Portugal, na própria classificação do Sr. Dr. Fidelino de Figueiredo, é um «povo criador de novas nacionalidades»; ¿que novas nacionalidades criou a Bélgica até hoje? A Belgica, nascida ontem, nem sequer conseguiu ainda realizar a sua unidade continental. É um país bilingue, onde valões e flamengos lutam diàriamente pela conquista da sua independência. ¿Como poderia a Bélgica, nascida ontem como nação, nascida há bocadinho como nação colonial, ter sobre nós a primazia só por contar nos seus territórios mais 10:000 quilómetros quadrados do que

nós? A antiguidade não conta? A nossa prioridade não conta? ;O facto de termos sido nós os descobridores do mundo, de termos sido nós os primeiros colonizadores não conta? ;O facto de sermos os veteranos das lutas coloniais não vale 10:000 quilómetros quadrados de terreno? Se a nossa prioridade e a nossa qualidade de povo criador de nacionalidades nada valem perante êsses 10:000 quilómetros, então somos a quarta potência colonial e é a Bélgica a terceira; mas se o nosso passado descobridor e colonizador conta por alguma cousa, se vale mais do que 10:000 quilómetros, então é Portugal a terceira potência colonial e a Bélgica a quarta: e esta é a opinião de quem escreve as presentes linhas.

Angola e Congo, Moçambique, Índia, Macau, Timor. . . O Congo belga parte da qual foi nossa. Nós temos territórios espalhados por todas as partes do mundo, temos Cabo Verde e a Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola e Congo, Moçambique, Índia, Macau, Timor. . . O Congo belga tem mais 10:000 quilómetros quadrados; mas é apenas o Congo belga. Nós temos menos 10:000 quilómetros, mas temos o nosso império disperso por todas as partes do mundo, atestando a fôrça que tivemos no passado e a vitalidade de que gozamos ainda no presente. ;Não valerá isto mais do que os 10:000 quilómetros belgas? ;O potencial económico de um império tam vasto no vasto mundo não será superior ao potencial económico do Congo belga? Continuemos, pois, a considerar Portugal como a terceira potência colonial, porque não ficaremos de mal com a verdade.

Bem sei que não basta ser possuidor de vastos territórios coloniais para que um país seja considerado grande potência europeia; mas quando êsses territórios foram conquistados palmo a palmo, com o sangue dos portugueses através dos séculos, num esforço descobridor e civilizador ainda não igualado e muito menos ultrapassado; quando a legitimidade dêsse património, como na legitimidade dos reis, se mantém pela justiça da aquisição e pela diuturnidade da posse; quando êsses vastos territórios não nos caíram do céu por milagre de Deus, nem foram comprados à fôrça de dinheiro nem roubados a qualquer outro povo, mas resultam da nossa própria fatalidade geográfica e política; quando, mercê dessa mesma fatalidade, pela privilegiada posição que ocupamos, sobranceiros ao Atlântico, estamos em situação de reconquistar no futuro o lugar que tivemos no passado; quando à posse dêsses vastos territórios se liga a nossa maravilhosa tradição de descobridores e criadores de novas nacionalidades — o facto de sermos ainda a terceira potência colonial dá-nos todo o direito a sermos considerados uma grande potência europeia.

Que êste objectivo se não consegue à fôrça de decretos, estamos de acôrdo; que é preciso um longo esforço de criação de uma cultura científica, literária, artística e filosófica, de uma técnica e de uma indústria,

prestígio de grandes nomes, autoridade de uma administração honrada (já a temos, graças a Deus!), livre e progressiva, como o Sr. Dr. Fidelino de Figueiredo declara, de acôrdo também. Mas tudo isso não se consegue num só dia de trabalho. Deus, que é Deus, trabalhou seis dias e ao sétimo viu-se obrigado a descansar . . . Mas parece-me bem que nós estamos neste momento em Portugal no início de uma nova era de ouro. Parece-me que, se continuarmos a ter ordem nas ruas e homens de inteligência e honestidade a governar-nos, poderemos chegar aonde todos queremos chegar. O facto de não termos Parlamento e a existência da censura prévia à imprensa não devem impedir os homens, que não precisam de fazer a sua cultura pela política dos jornais e do Parlamento, de ver as realidades nacionais tais como elas neste momento se apresentam.

III—*Sim ou não Portugal, amputado das suas colónias, perderia toda a razão de ser como povo independente no concôrto europeu?*

Resposta:

A perda das colónias — de que entre nós se fala excessivamente e impudicamente, como se nos quiséssemos habituar a tal idea . . . — não atingiria as garantias da nossa independência. Tudo o que se disse a êsse respeito por ocasião da Grande Guerra constitue o que em lógica se chama «falácias» e «sofismas» políticos. Há muitos países na Europa, sem os prestígios históricos e sem a individualidade de Portugal, que gozam tranqüilamente a sua independência, sem possuírem colónias e sem as terem perdido. Essa hipótese maldita traria a supressão do significado universal da nossa história para o futuro, negando-nos a possibilidade de emergir outra vez do quási anonimato em que nos prostou o século da técnica, e implicaria um quebrantamento da chamada aliança inglesa, desde então menos solícita. Desvalorização, anonimato provinciano, relativa libertação da política diplomática e nova explosão da retórica do «perigo espanhol» — seriam as conseqüências. Um homem, que de empenhado e tutelado passou a roubado, não perdeu as condições de existência que tinha; pouco mudou.

O Sr. Dr. Fidelino de Figueiredo dá-me, afinal, inteira razão. Se «há muitos países na Europa, sem os prestígios históricos e sem a individualidade de Portugal, que gozam tranqüilamente a sua independência, sem possuírem colónias e sem as terem perdido». . . também é certo que a hipótese de ficarmos sem os nossos domínios ultramarinos «traria a supressão do significado universal da nossa história para o futuro, negando-nos a possibilidade de emergir outra vez do quási anonimato em que nos prostou o século da técnica» . . . Se a «hipótese maldita» de perdermos as colónias não implicaria automaticamente a perda da nossa indepen-

dência, nem por isso deixaria de se traduzir para nós por «desvalorização, anonimato provinciano . . .». E isto é o essencial para os objectivos dêste inquérito.

Sejam-me permitidas, porém, duas observações mais neste capítulo. O Sr. Dr. Fidelino de Figueiredo não acredita no «perigo espanhol»; eu acredito, ainda que me arrisque a passar por tolo; e é para mim convicção segura que as ambições espanholas sôbre Portugal transcendem os homens e os regimes que possam governar a Espanha. O Sr. Dr. Fidelino de Figueiredo considera a aliança inglesa um mal para nós; eu considero-a um benefício.

IV—¿Sim ou não o moral da Nação pode ser levantado por uma intensa propaganda, pelo jornal, pela revista e pelo livro, de forma a criar uma mentalidade colectiva capaz de impor aos políticos uma política de grandeza nacional?

¿Na hipótese afirmativa, qual o caminho a seguir?

Resposta:

A resposta à sua quarta pergunta já está implícita na que formulei para a segunda: se Portugal, neste longo calvário do jacobinismo e do militarismo, formou uma geração nova e se há maneira de a pôr à obra, Portugal é um país vivo e rico de possibilidades. O caminho a seguir para chamar ao primeiro plano essa geração é realmente, como V. Ex.^a diz, «uma intensa propaganda pelo jornal, pela revista e pelo livro», mas com uma prévia condição insofismável: a liberdade plena. Sou adverso do militarismo político pelo mesmo motivo por que o era do jacobinismo demagógico: por amor da mais ampla e mais responsável liberdade política para chegar à liberdade económica, ambas elas bases da dignidade individual. O melhoramento individual é o alicerce único do melhoramento social, tanto da pequena sociedade familiar como das grandes sociedades nacionais e da humana. Cultura, economia e colónias poderiam ser os números essenciais de uma política nova: guerra ao analfabetismo e protecção à inteligência; guerra à pobreza individual e nacional; drenagem de todas as energias para êsse alto escôpo de criar duas nações portuguesas na África do Sul.

E aqui tem, prezado amigo, algumas ideas centrais da minha ideologia, as que me suscitou o seu questionário, mas tam abreviadas que receio se tornem ininteligíveis. Em todo o caso, deve-se perceber que me afasto do nosso romantismo político, grandiloquente e sofisticado, tradicionalista ou revolucionário.

Como jornalista posso não defender a instituição da censura prévia à imprensa. Mas parece-me, ou eu me engano muito, que a censura não teria nada a fazer contra uma intensa propaganda pelo jornal, pela revista e pelo livro, tendente a criar uma mentalidade colectiva e a fazer rejuvenescer Portugal através de uma geração nova, sabendo o que quiere

e para onde vai; com mais forte razão, tratando-se de criar em Portugal uma consciência imperial. . . Liberdade plena? Mas, para isso, há plena liberdade. A censura não é uma medida definitiva, mas simplesmente de circunstância; e certamente que a censura não existiria se da parte dos que lhe estão sujeitos a preocupação dos partidos se não sobrepujasse à preocupação do interêsse nacional. Os governos da ditadura, sobretudo nestes últimos três anos, têm feito em Portugal uma obra que não está certamente isenta de defeitos, mas que tem com certeza produzido mais benefícios do que prejuízos para o País. ¿Acredita o Sr. Dr. Fidelino de Figueiredo que, se amanhã a censura acabasse, voltando-se ao regime anterior de plena liberdade de imprensa, essa liberdade seria aproveitada para por ela se chegar a uma «mais ampla e mais responsável liberdade política», conduzindo à «libertação económica»? ¿Que por ela se chegaria ao «melhoramento individual, que é o alicerce único do melhoramento social» . . .? Duvido. Não falo dos jornais noticiosos e a-políticos; falo da imprensa política, que aproveitaria essa liberdade apenas para iniciar uma época de terrível «bota-abaixo», que dentro em pouco tudo subverteria. A liberdade absoluta é cousa que hoje não tem curso legal, sabe-o o meu correspondente melhor do que eu, nem nas democracias «avançadas», como na Rússia e na Espanha, nem nos estados «reaccionários», como na Itália. A liberdade tanto pode conduzir ao bem como ao mal, e a liberdade de imprensa está nas mesmas condições de todas as outras liberdades . . . Num país que procura salvar-se a si próprio, num momento de crise em que todos os cuidados são poucos para que o indivíduo doente não tenha uma recaída que lhe pode ser fatal, o barulho ensurdecido dos palradores profissionais, o batuque dos interêsses feridos, não me parece que possam constituir adjuvantes da cura . . .

É já agora, para finalizar, uma última observação. ¿Para que falar num «longo calvário do jacobinismo e do militarismo»? Que houve um calvário jacobino em Portugal, não sofre dúvidas. ¿Mas poder-se-á, com inteira justiça, apelar igualmente de calvário a predominância que o exército tomou nos últimos anos dentro da política portuguesa? ¿Não será evidente que essa preponderância foi a resultante lógica do «calvário jacobino», que nos ia colocando — dizemo-lo sem ênfase — à beira de um abismo? ¿Não foi a anarquia jacobina, de carácter permanente, que tornou necessária a intervenção decisiva, se bem que por definição transitória, do exército na política? Sem a intervenção global do exército em 28 de Maio de 1926 — intervenção absolutamente diferente das revoluções até então feitas por oficiais e subalternos do exército, fardados ou vestidos de deputados — nunca teria sido possível a obra de ressurreição nacional a que estamos assistindo. Sem essa intervenção oportuna, talvez que Portugal

já hoje estivesse encorporado numa Federação de Repúblicas Ibéricas, possivelmente soviéticas — e já os nossos domínios ultramarinos teriam passado para a posse de qualquer daquelas nações que todos os dias confundem o direito à vida com o direito à posse dos domínios alheios.

A classificação de «calvário militarista» parece-me, pois, injusta e deslocada. Injusta, porque sem uns tantos anos de ditadura militar não teria sido possível a obra de renovação nacional a que estamos assistindo. De resto, o exército vai lentamente regressando ao seu papel de defensor armado da integridade da Pátria, à medida que o País se vai reorganizando e que as funções governativas vão sendo distribuídas a quem melhor e mais preparado está para as exercer. Deslocada, porque se trata aqui da propaganda a fazer pela restauração do Império Português, e não me parece que o «jacobinismo militarista» — se «jacobinismo» há — alguma vez se tenha mostrado incompatível com a noção de Império, ou alguma vez tivesse coarctado o direito de escrever ou falar a quem queira bater-se por êsse Império.

Dr. Alberto de Monsaraz

Não podia deixar de ouvir o Sr. Alberto de Monsaraz neste inquérito: não apenas por ser o herdeiro legítimo e o digno continuador de um grande nome na literatura poética portuguesa, mas também por se tratar de um poeta-soldado, entendendo-se por estas palavras o melhor que elas possam conter dentro de si. Poeta, jornalista, soldado das campanhas nacionalistas, ao mesmo tempo sonhador e homem de acção, Alberto de Monsaraz dar-me-ia, certamente, uma resposta à medida do brilho e da cultura do seu espírito, moldada naquela forma que faz dêle um jornalista inigualável, e norteada pelo mais fervente espírito nacionalista. Eis essa resposta:

I—¿Sim ou não Portugal, potência de primeira grandeza na Renascença, guarda em si a vitalidade necessária para manter no futuro, na nova Renascença que há-de seguir-se à Idade-Média que atravessamos, o lugar de uma grande potência?

Confrontando o Portugal dos tempos heróicos com a Pátria de hoje em dia, o bom português, de espírito livre e recto juízo imparcial, não enfeudado a partidos ou seitas; que sabe ler e sentir a nossa história passada; que aprecia sem paixão a nossa história presente; que, de uma e de outra, colhe elementos para uma ante-visão da nossa história futura — êsse português, sem vícios na inteligência e sem manchas no coração, passa sucessivamente pelos estados de alma seguintes: «Pasma», «Desolação», «Curiosidade», «Compreensão», «Orgulho» e «Optimismo». Analisemo-los por sua ordem:

PASMO. — Quatro séculos e meio, tam sòmente, em que outras nações e outras raças mantiveram e aumentaram o seu potencial de prosperidade e de grandeza, bastaram para que Portugal, descobridor do Brasil, do Japão e da Austrália, dono da África e da Índia, soberano de metade do mundo e como

tal venerado pela outra metade, padroeiro do oriente, senhor de todo o comércio e toda a navegação, passasse à condição humilhante de nem mesmo lhe ser concedido um simples lugar temporário no Conselho da Sociedade das Nações.

Então, o cetro de D. João II, a coroa imperial de D. Manuel . . . agora, ou quasi agora, o côco de Bernardino Machado, a barbicha judaica de Afonso Costa.

Outrora, o montante de Albuquerque, o Grande, a espada invencível de Duarte Pacheco . . . hoje, pois que ontem na vida dos séculos ainda é hoje, a pistola regicida do Buíça e o chanfalho revolucionário de Sá Cardoso.

Dantes, com a Cruz de Cristo esquartelando as velas pandas, as maiores, as mais poderosas naus do mundo . . . actualmente, na miséria da nossa esquadra, famoso zero naval, um único pequeno couraçado com mais de cinquenta anos de idade . . .

Então, o Mosteiro dos Jerónimos, a Tôrre de Belém . . . nos nossos dias, coroados com o prémio Valmor, os prédios alambicados de Ventura Terra e de Adães Bermudes.

Compreende-se o desalento profundo que exprime esta palavra:

DESOLAÇÃO. — ¿Será possível que fôssemos tam grandes e hoje nos sintamos tam pequenos? ¿Que coeficiente de degenerescência empregou o destino, para assim, em tam breve período, nos amesquinhar tanto à face do mundo? ¿É porventura admissível que «estes», que nós conhecemos, cujas qualidades negativas não podemos infelizmente ignorar, sejam os descendentes dos «outros», que a história celebra e glorifica, de que se não cansa em falar-nos, maravilhada? ¿Teremos de duvidar do passado, já que nos não é lícito pôr em dúvida o presente?

Na incerteza agónica da hora que passa — que, felizmente, está passando — confrange-se o coração ao constatar que a Nação Portuguesa, no curso já longo da sua trajectória através do tempo infinito, galgou para fora da sua órbita natural, perdeu-se no espaço, vive numa erradicidade de abandono, vaga inconsciência sonolenta, onde tudo se afunda e olvida, até a noção e o orgulho do próprio valor. ¿Como foi isto possível, Santo Deus?

CURIOSIDADE. — Nesta interrogação angustiosa vai toda a curiosidade histórica do bom português, exilado no século, estrangeiro na Pátria, que procura investigar por que lei da fatalidade ou simples arbítrio do azar se gerou, e até há pouco persistia, a absurda decadência em que vivemos. Cometeram-se erros, erros graves? Quem cometeu êsses erros? Houve culpas, culpas inexpíáveis? ¿Onde, em que labirintos ou furnas de falsos louvores cúmplices se escondem os culpados? Não no-lo ensinou a geração passada, geração de encobridores, inconscientes ou perversos. Procuremos revelar-lhe as causas naturais e descobrir, desmascarar os criminosos, ocultos nos meandros de uma crítica sectária, para que os julgue, como merecem, a geração futura.

COMPREENSÃO. — Desde que o olhar fixo do historiador desapaixonado se habitua à meia obscuridade dêste crepúsculo, logo entra a distinguir indícios, a aperceber sintomas, a isolar os gérmes da doença colectiva que enfraqueceu a raça, a avaliar até onde a impiedade do destino e a intervenção parricida dos homens alimentaram, em vez de estancá-las, as fontes primitivas do mal.

Partimos no século xv à descoberta, à conquista do globo . . . no século xvi, tam longe fôra dilatada a Fé e o Império, que o sol já não lograva baixar senão em terra portuguesa. Ardua, fantástica emprêsa, levada a cabo por uma população deminuta, que mal atingia dois milhões. O solo da Pátria ficou despovoado, indefeso e inculto. Trocou-se o senhorio da África fronteira e o da Galiza vizinha pelo domínio de terras distantes e de povos exóticos.

No nosso prodigioso e súbito crescimento estão, sem dúvida, as causas primeiras da nossa fraqueza orgânica.

E enquanto êsse esforço sobrehumano nos atrofiava e tolhia o corpo, o ouro do Oriente, as pedrarias da América, os lucros fabulosos de um comércio sem rival corrompiam-nos a alma, descristianizavam-nos, tornavam-nos, nós, povo simples e sóbrio, luxuriosos e pagãos.

D. Sebastião nasceu tarde e morreu cedo.

Com êle acabava e extinguia-se uma pátria moça, que abusara da mocidade quando estava ainda em plena formação.

Depois de sessenta anos de sono letárgico num lar estrangeiro, embora guardássemos a mesma aparência e o mesmo nome, éramos já outros que despertavam. Perdidas as virtudes antigas; desiludidos pelos sonhos de grandeza desmoronados; exaustos na extrema e porfiada luta da libertação, nós, Portugal, precisávamos de algumas gerações seguidas de educadores e guias que obrigassem toda uma nação a fazer exame de consciência e criassem, para alevantá-lo de novo, uma classe governante, verdadeira aristocracia do espírito, na qual nobreza, clero e povo se achassem irmanados, confundidos no mesmo anseio piedoso de penitência e resgate — que havia muito, muito havia que resgatar. ¿Em vez disso que fizemos?

¿Que nos impôs o destino? ¿Que nos trouxeram ou consentiram os homens?

«O terramoto», «Pombal» — outro terramoto —, «os franceses» e, por fim, «os liberais» — outros franceses. ¿Tal foi o ciclo . . . e ainda existimos! Ainda somos portugueses! Dêmos graças a Deus!

O sismo abalou, convulsionou o solo da Pátria, fez desmoronar-se a capital — que em qualquer país é sempre mais de metade da nação —, incendiou, destruiu quási tudo: obras de arte, documentos únicos, textos de valor inestimável, fragmentos, relíquias entesouradas de civilizações ignotas e povos vassalos, toda a fisionomia de uma cidade que sucedera a Roma, a Bizâncio e a Veneza no senhorio dos mares e das costas, empório do tráfico mundial, lar de um ardoroso apostolado longínquo, fonte ocidental da civilização cristã.

Quando Portugal voltou a si, encontrou-se na Lisboa pombalina, geométrica, impessoal, amnésica, indiferente . . .

Foi neste quadro, nesta capital, novinha e improvisada como as ideas que iam eclodir, que se formaram as sucessivas gerações seguintes, anemiadas de alma, já subtilmente ateizadas por uma propaganda tóxica e mortífera, que a expulsão dos jesuítas tornara possível, tornara inevitável. Na Lisboa primitiva, no ambiente tradicional da Lisboa histórica e marítima nunca Pombal teria ousado vibrar êsse primeiro golpe maçónico no claustro pleno da mais alta cultura nacional. E foram essas gerações, assim desamparadas, que suportaram, perdida a antiga têmpera, o rijo embate da vaga revolucionária. Por fim, cederam . . . Teria sido milagre resistirem. A vaga, que que-

brara em Lisboa, logo alastrou, célere e espumante, por todo o País. Quando a soldadesca napoleónica chegou, já a revolução lhes abrira, de par em par, as portas de Portugal. Entraram sem conquista. Quando um dia partiram, haviam-nos esbulhado de algumas raras preciosidades que o terramoto poupou. Acentuava-se a ruína... Os liberais completaram-na encerrando os conventos, dispersando, à maneira pombalina, as restantes congregações. Nos claustros desertos ou militarizados, nos colégios tornados laicos por amor do livre pensamento, já para sempre o pensamento deixara de florir em liberdade.

Abriu-se um abismo cultural na sociedade portuguesa, que nunca mais foi preenchido. A própria França revolucionária não ousou, de comêço, ir tam longe. Manteve-se lá sempre, com o respeito pela tradição intelectual e artística, um forte sôpro de cultura clássica, que entre nós por completo se perdeu. Recuámos por não havermos continuado a avançar. Junot, Massena, D. Pedro do Brasil, Saldanha, Mousinho da Silveira, Aguiar — nomes, pseudónimos da morte, rótulos diversos do mesmo veneno que foi corroendo a alma da Nação, enquanto lhe aniquilava as fôrças de resistêcia, esquarterando-a, alçando-a contra si própria numa crise intérmina de guerra civil, de profundo delírio colectivo. Só hoje começamos a despertar, lentamente, pouco a pouco, dessa patética alucinação.

Seja-nos permitido constatá-lo com

ORGULHO. — Sim, fomos nós, os dêste século, os que ainda não tinham trinta anos quando êste século contava apenas quinze, os que lograram abrir os olhos, reagindo contra a febre que lhes chumbava as pálpebras e, erguendo-se do leito de agonia, num supremo esfôrço estendendo os braços, os que descerraram, de par em par, as portas aferrolhadas do velho lar português, da triste prisão portuguesa; contemplaram o passado, lá longe, na apoteose do horizonte, respiraram enfim livremente, profundamente, êsse belo ar renovado, fresco e saudável que é a atmosfera espiritual do mundo moderno, em que os miasmas destruidores da intelligência já não conseguem viver e proliferar.

OPTIMISMO. — Mercê de Deus, pertence-nos o futuro. Saberemos torná-lo digno dos passados triunfos, que precederam a decadência. Nun'Alvares, símbolo de patriotismo e fé, de todas as heroicidades do corpo e da alma, e D. Sebastião, imagem viva do sacrifício que exige e impõe o resgate, caminham na nossa frente, conduzem-nos, comandam-nos. Dezenas, centenas, milhares de moços, de todas as origens e camadas sociais, escutaram o nosso brado; ergueram-se num clamor de entusiasmo; confiadamente seguem-nos as pisadas.

¡Saibam os portugueses de ontem que nós, portugueses de hoje, faremos o Portugal de sempre!

O optimismo do conde de Monsaraz é o optimismo de quem escreve estas linhas; bebe na mesma fonte, guia-se pelas mesmas razões do coração e da intelligência. Mas parece-me que as «dezenas, centenas, milhares de moços, de todas as origens e camadas sociais», que escutaram o brado, se ergueram num clamor de entusiasmo e confiadamente seguem as pisadas dos que «ainda não tinham trinta anos quando êste século contava apenas

quinze», não deram ainda todo o rendimento que era lícito esperar da sua intelligência e do seu entusiasmo. Dispersos por trinta sectores, a sua acção não tem sido o que poderia ser se estivessem reunidos num sector único; divididos em várias tendências dentro do mesmo pensamento geral, não foi possível ainda disciplinar a sua actividade em ordem a uma directriz única, variável em função das circunstâncias de momento, mas servida sempre com o mesmo ardor, com a mesma intensidade, com a mesma energia e a mesma intelligência. ¿Não seria possível, por exemplo, que todas essas tendências dispersas se aglutinassem à volta de uma concepção do Império Português? ¿Não seria vantajoso que acima de todas as divergências mínimas se realizasse uma unidade de pensamento e de acção à volta do «Quinto Império»? Nós, portugueses de hoje, faremos o Portugal de amanhã . . . Acredito piamente que assim seja e faço, pela minha parte, tudo quanto posso por que seja assim: mas o objectivo da guerra seria mais depressa atingido se, em vez de seguirmos cada um pelo seu atalho, seguíssemos todos pela mesma estrada.

II—¿*Sim ou não Portugal, sendo a terceira potência colonial, tem todos os direitos a ser considerado uma grande potência europeia?*

Os direitos, mesmo os que se perderam, tornam, cedo ou tarde, a conquistar-se. É uma questão de persistência e de valor. Conquistá-los-emos.

III—¿*Sim ou não Portugal, amputado das suas colónias, perderia toda a razão de ser como povo independente no concôrto europeu?*

Portugal inalienável e eterno recusa-se a admitir tais hipóteses. Não responde a semelhantes perguntas. Nem sequer as ouve.

IV—¿*Sim ou não o moral da Nação pode ser levantado por uma intensa propaganda, pelo jornal, pela revista e pelo livro, de forma a criar uma mentalidade colectiva capaz de impor aos políticos uma política de grandeza nacional?*

¿*Na hipótese afirmativa, qual o caminho a seguir?*

Que esse milagre de ressurreição é possível, prova-se pelo próprio milagre, já começado a realizar-se.

Qual o caminho a seguir, pergunta-se.

O que traçámos. O que seguimos.

Siga-se até ao fim . . . lá ao fim está Portugal.

Não sofre dúvidas, no meu espírito, que mais cedo ou mais tarde conquistaremos o direito a ser considerados como grande potência, isto

é, passaremos a ser considerados uma grande potência, porque o direito a isso já hoje o temos, se alguma vez o perdemos. Para tanto, porém, não basta ter fé: é preciso que trabalhemos com afã e tenacidade; é necessário primeiro que saibamos ser grandes *cá dentro* para que a nossa grandeza seja respeitada *lá fora*. É isso o que se está fazendo em todos os sectores da vida nacional; e é para isso que todos os portugueses devem largamente contribuir, sacrificando o accidental ao essencial, o óptimo ao possível, até que se possa realizar o óptimo, desprezando o possível.

Siga-se o caminho traçado, siga-se o caminho que estamos seguindo, escreve o conde de Monsaraz, «siga-se até ao fim . . . lá ao fim está Portugal». Assim seja.

XVI

Dr. Américo Chaves de Almeida

Espírito culto e combativo, autor da *Importância do Império Colonial Português para a economia geral da Nação* e de *O Problema da África Oriental Portuguesa*, tendo vivido largos anos no ultramar e tendo a sua bibliografia quasi toda consagrada aos problemas coloniais portugueses, nacionalista por princípio, imperialista por conclusão, o Sr. Dr. Américo Chaves de Almeida deveria ser ouvido neste inquérito.

Eis a sua resposta, que fala mais alto do que eu poderia falar nesta curta introdução:

Respondo decididamente pela afirmativa a todas as perguntas que são feitas. (*Não vale a pena reproduzir essas perguntas, pois estão incorporadas no texto de todos os restantes depoimentos*).

Nem doutra forma me poderia manifestar, já porque sou um nacionalista que claramente e através de todas as emergências tem lutado por uma política de realidades nacionais, já porque estou inteiramente convencido de que Portugal ainda não disse por completo o seu recado, não estando inteiramente escritas as páginas da história humana que lhe respeitam.

Este tom de crepúsculo que paira sobre a nossa terra, que muitos têm pelo ocaso definitivo de uma nacionalidade — e neste *muitos* englobo os estranhos e os da casa, principalmente os homens públicos portugueses cépticos que praticam já uma política de descrença —, não é de nenhuma maneira um sintoma de decadência. O mal não é orgânico, mas funcional, e, por isso, fácil será o restauro, quando se elimine a causa que há um século o gerou.

Um País, portanto, que mantém territórios espalhados pelas cinco partes do mundo e ao longo de mais de dois milhões de quilómetros quadrados, descobertos, conquistados e possuídos durante cinco séculos, que pertence ao restrito número das nações que foram mãis de outras nações, não pode deixar evidentemente de vir a ser considerado uma grande potência no dia em que as circunstâncias da sua política interna se modifiquem e seja reconduzido ao primitivo e justo equilíbrio.

E terá necessariamente de ser considerado uma grande potência europeia, não obstante a exigüidade do seu território metropolitano, por isso que Portugal não é uma nação com colónias, mas um país composto de províncias daquém e dalém-mar, sem que seja precisa qualquer habilidade intelectual para defender êste princípio de direito político português.

A nossa nacionalidade organizou-se de facto e desde o comêço, ou seja desde a constituição do condado portugalense, pela integração das conquistas, quer do território europeu quer do ultramarino, na coroa de Portugal, que era a síntese da Nação.

E foi-se desenvolvendo sempre neste sentido, segundo as suas possibilidades.

Ninguém, que eu saiba, fez qualquer distinção, sob êste aspecto, entre os Açôres e qualquer província metropolitana.

E, no entanto, os Açôres a êste respeito estão no mesmo pé de igualdade com qualquer das províncias ultramarinas, distinguindo-se delas apenas pela circunstância de estarem totalmente colonizados pelos portugueses metropolitanos, ao passo que aquelas, por muitas causas, se têm mantido sem integralmente terem sido colonizadas.

Fácilmente se compreenderá, à vista dêstes princípios, que Portugal, amputado de qualquer das suas províncias de além-mar, sofreria um choque tam violento como se fôsse desligado de qualquer das províncias europeias ou dos Açôres e não teria evidentemente sentido a sua existência, se todo o seu património ultramarino lhe fôsse arrancado, restando-lhe, neste caso, passar a ser, como já disse Teófilo Braga, um apêndice da Espanha, a qual, aliás e à vista dos destinos políticos que recentemente se talhou, não parece muito apta a manter na península ibérica qualquer hegemonia.

Toda a questão política portuguesa é no fundo e exclusivamente uma questão de inteligência e isso quer dizer que o problema colonial — um aspecto da questão política nacional — tem de ser resolvido pela inteligência, dando a êste vocábulo o seu mais elevado e lato conceito.

A propaganda, através de todas as formas, deve ser usada para criar e desenvolver a consciência da Nação, como país daquém e dalém-mar.

Até mesmo aquela que não passa de retórica, quer seja na forma ôca e salivar, quer se apresente com elevação, num aspecto superior.

Essa retórica pode ter-se como a palha que atirada para a fogueira se consome e em cinza se transforma, num abrir e fechar de olhos, produzindo um número insignificante e fugaz de calorias.

Mas é no entanto certo que, antes de desaparecer, ela lança um clarão que fere a vista e vai, muito embora brevemente, alimentando a fé, mantendo a esperança.

Na minha forma de ver, o caminho que devem seguir os nossos homens de Estado, para acordar a consciência nacional e criar opinião pública consciente e informada que imponha a expansão portuguesa nos seus territórios ultramarinos, é o da realização da política da unidade económica de todo o território nacional que eu tive ensejo de expor numa conferência que fiz em 1928, que ficou sancionada no Acto Colonial e vejo seguida e perfilhada, em todos os sectores políticos indistintamente, por pessoas de categoria mental e de responsabilidades públicas.

Creio firmemente que no dia em que de facto se começar a realizar essa política, nesse dia terá principiado a restauração nacional.

Vivemos numa época em que domina fortemente o factor económico; o seu imperativo pode comparar-se, em pujança e em intensidade, ao do factor religioso que dominou na vida pública portuguesa, nas duas primeiras dinastias principalmente.

E assim como nessas épocas longínquas da nossa história a religião inspirava toda a actividade lusitana — o Camões lá o diz no limiar do poema quando se refere aos reis que dilataram a fé e o império — e cimentou fortemente a nacionalidade, ajudando a construí-la, assim o fenómeno económico hoje, orientado no sentido unitário, há-de necessariamente provocar o restauro nacional.

E provocá-lo sob todos os aspectos.

A unidade económica de todo o território nacional trará, com efeito, uma maior consciência da unidade política e, como consequência, a reparação de erros antigos para evitar dolorosas amarguras e as misérias tam grandes por que tam insensatamente temos passado.

Em face dêstes pontos de vista, fàcilmente se conclue que é ao Govêrno do País que compete iniciar a obra de restauração, reduzindo a actos e a realizações essa política que êle aliás já sancionou e aplaudiu expressamente.

E aos escritores, aos jornalistas, aos professores e a todas as *élites*, cumpre apoiá-lo, por todas as formas e à margem das ideologias, no sentido de integrar a Nação inteira no mesmo pensamento.

O comentário a êste depoimento contém-se na seguinte confissão: se eu tivesse de responder a êste inquérito, seria sensivelmente assim que responderia. Não há aqui lugar para objecções nem para comentários: num estilo claro, límpido, fluente, o Sr. Dr. Chaves de Almeida diz tudo quanto resumidamente se pode dizer sôbre o problema. É assim porque é assim. Portugal é um vasto império, e não um «país pequeno». Esta concepção imperial da Nação portuguesa entrou já na nossa legislação pelo Acto Colonial, que assinalou a curta passagem do Sr. Dr. Oliveira Salazar pela pasta das Colónias. O Sr. Dr. Armindo Monteiro, continuando a obra do seu antecessor accidental, tem transportado essa concepção do campo das palavras para o das realidades políticas, financeiras e económicas. Quere dizer: o Estado Português iniciou já uma vasta obra de unidade imperial, que às *élites* compete pôr em relêvo, propagar junto da Nação, inculcar no espírito de cada português.

Que assim seja.

POST-FÁCIO